



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Mães e filhos atrás das grades: Um estudo sobre as estratégias adoptadas pelas mães reclusas para o exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo.

Monografia a ser apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Fátima António Chinhange

Supervisor:

Baltazar Muianga, PhD.

Maputo, Janeiro de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Mães e filhos atrás das grades: Um estudo sobre estratégias adoptadas pelas mães reclusas para o exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo.

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Fátima António Chinhangue

Supervisor:

Professor Doutor Baltazar Muianga

O Júri

O supervisor

O(A) presidente

O(A) oponente

Maputo, aos _____ de _____ de 2023

Declaração de Honra

Declaro ser a autora desta Monografia, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

(Fátima António Chinhague)

Dedicatória

A minha família, em especial aos meus amados pais, que sempre velam por mim a cada novo
sonho.

À Leia Chinhague, minha fonte de inspiração e suporte ao longo desta jornada, você estará e
para sempre estará no meu coração.

Agradecimentos

A concretização de um sonho não tem limites quando se quer acalantar um coração. Foram anos sobrevivendo a momentos de angústia, de esforço extremo, de dias solitários e de medo do que aconteceria após a finalização do curso de Sociologia. Eis aqui, a entrega do tão vivido e esperado Trabalho de Conclusão de Curso que muito tem a dizer sobre mim.

Ao meu supervisor Baltazar Muianga, PhD, pela imensurável contribuição intelectual, objectividade, correcções e compreensão ao longo do processo dissertativo e que sempre esteve ao meu lado incentivando-me, muito obrigado.

A todos professores do Departamento, e colegas curso de sociologia, em ao Armando Uaquisso Banze e a Jéssica Cumbi que nestes anos de faculdade enriqueceram a minha vivência e me ajudaram a ultrapassar todas as dificuldades que iam aparecendo no dia-a-dia. Sem eles a minha experiência estudantil não seria a mesma e nunca os esquecerei.

Aos meus pais António Jossias Chinhangué e Raimante Ussene Hardass, pelo ensinamento e amor incondicional e sempre estiveram ao meu lado e não deixaram desistir nunca dos meus sonhos. A educação e valores que me passaram, levarei por toda a minha vida. Amo muito vocês!

A minha irmã, Leia António Chinhangué que esteve presente nos momentos em que precisei e que directa ou indirectamente contribuiu para a realização deste trabalho. *Khanimambo*.

As mulheres participantes deste estudo, pela contribuição na pesquisa e pela coragem no desafio da vivência da maternidade em contexto prisional. vai a minha gratidão especial.

Para terminar, àquele que merece toda a minha gratidão, todo o meu amor, toda a minha vida e todo o meu coração, a quem nada disso seria possível sem sua força, sem sua identidade viva, sem o seu ânimo revigorante a cada manhã e sem suas palavras de vida eterna. Agradeço ao meu Senhor, Salvador e amado Jesus Cristo, senão continuar a rezar para que este ilumine sempre o longo caminho que ainda tenho a percorrer. *Ámen!*

A todos, muito obrigada.

“A educação nunca foi um gasto. Sempre foi um investimento com retorno garantido”

Artur Luís.

Resumo

A maternidade na prisão tem sido alvo de crescente atenção por parte dos académicos, com a investigação científica em torno das especificidades desta problemática a experienciar um substancial desenvolvimento. Assim, é necessário compreender como é que as mulheres experienciam a maternidade num contexto tão específico como o da interface entre a prisão. Nessa senda, a presente investigação teve como objectivo analisar o quotidiano das mães e das crianças e as experiências de maternidade de mulheres reclusas. Para alcançar este objectivo, realizou-se um estudo qualitativo, que envolveu a realização da observação directa no local, das rotinas diárias e foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 06 mães reclusas. Estes resultados são discutidos à luz da literatura empírica no âmbito da maternidade na prisão e com base na teoria fenomenológica de Schutz (1979), valorizando as experiências dos entrevistados, bem como a interpretação que possuem sobre essas mesmas experiências. Os resultados obtidos revelam que, no interior do estabelecimento penitenciário, o exercício da maternidade prossegue com a preocupação com o bem-estar e sustento dos filhos, mas agora acrescido de sentimentos de culpa, vergonha e tristeza por estarem presas. Deste modo, a experiência de ser mãe em contexto prisional envolve uma diversidade de sentimentos e cognições, alguns negativos, tais como a percepção das dificuldades, frustração e o arrependimento, e outros positivos, tais como a protecção/sentimento pessoal de capacidade para desenvolver o papel de mãe no estabelecimento prisional. Concluiu-se que, o exercício da maternidade ocorre por meio do encontro dialéctico entre as dimensões objectivas da cadeia e subjectiva das mães-reclusas, o que faz com que na medida em que seguem as regras internas para o cumprimento da pena possam materializar os cuidados que dariam aos seus filhos se estivessem fora da prisão, autoconstruindo-se como mães-reclusas.

Palavras-chave: Mãe na prisão; criança em reclusão, Maternidade,

Abstract

Motherhood in prison has received increasing attention from academics, with the scientific research around the specificities of this problem to experience a substantial development. Therefore, it is necessary to understand how women they experience motherhood in a context as specific as the interface between prison. Along these lines, the present investigation aimed to analyze the daily lives of mothers and children and motherhood experiences of women prisoners. To achieve this objective, a qualitative study was carried out, which involved direct observation on site, of the daily routines and semi-structured interviews were carried out with 06 incarcerated mothers. These results are discussed in the light of empirical literature in the context of motherhood in prison and with based on Schutz's (1979) phenomenological theory, valuing the experiences of the interviewees, as well as the interpretation they have about these same experiences. The obtained results reveal that, within the penitentiary establishment, the exercise of motherhood continues with concern for the well-being and sustenance of their children, but now combined with feelings of guilt, shame and sadness for being imprisoned. In this way, the experience of being a mother in prison context involves a diversity of feelings and cognitions, some negative, such as such as the perception of difficulties, frustration and regret, and other positives, such as personal protection/feeling of capacity to develop the role of mother in the prison establishment. It was concluded that the exercise of motherhood occurs through dialectical encounter between the objective dimensions of the prison and the subjective dimensions of prisoner mothers, which means that, as they follow the internal rules for serving the sentence, they can materialize the care they would give their children if they were out of prison, constructing themselves as inmate mothers.

Keywords: Mother in prison; Child in confinement, Motherhood, Exercise of motherhood.

Epigrafe

“Lembraí-vos dos encarcerados, como se vós mesmos estivésseis presos com eles. E dos maltratados como se habitásseis no mesmo corpo como eles”.

(Hebreus, Cap. 13, v. 3)

A maternidade tem o preço determinado por Deus, preço que nenhum homem pode ousar diminuir ou não entender.

(Helen Jackson)

Índice

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Epigrafe.....	vi
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão da literatura.....	5
1.1. Problema de Pesquisa	9
Capítulo 2. Enquadramento teórico e conceptual	11
2.1. Quadro teórico	11
2.2. Definição e operacionalização dos conceitos	13
2.2.1. Maternidade	13
2.2.2. Prisão.....	14
2.2. 3. Estratégias	15
Capítulo 3. Metodologia	17
3.1. Abordagem do estudo	17
3.2. Método de abordagem.....	17
3.3. Método de procedimento	18
3.4. Universo e amostra de pesquisa.....	18
3.5. Técnicas de recolha de dados.....	19
3.5.1. Levantamento Bibliográfico	19
3.5.2. Observação directa não participante	20

3.5.3. Entrevistas semiestruturadas	20
3.6. Procedimentos de Recolha de dados	21
3.6.1. Análise de Documentos	21
3.6.2. Observação no campo de estudo	21
3.6.3. Entrevistas.....	22
3.7. Técnicas de análise dos dados.....	23
3.8. Questões éticas do estudo	23
3.9. Descrição geografia do local de estudo	24
3.10. Constrangimentos do estudo	25
Capítulo 4. Análise e interpretação dos dados	27
4.1. Perfil sócio-demográfico das entrevistadas	27
4.2. Quotidiano das Mães e Crianças que vivem em Reclusão no Estabelecimento Penitenciário	29
4.2.1. Percepção das Mães Reclusas sobre Maternidade	30
4.2.1.1. O ideal de ser mãe: “Mãe é tudo”.	30
4.2.1.2. Maternidade como construção de “ser mãe” no estabelecimento penitenciário	31
4.2.2. Vivências das mães em reclusão no exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário	34
4.2.3. Quotidiano das Crianças que vivem em Reclusão no Estabelecimento Penitenciário	36
4.3. Experiências e os constrangimentos das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento penitenciário	38
4.3.1. Experiências das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento penitenciário	38
4.3.2. Constrangimentos das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento penitenciário	40

4.4. Estratégias Adoptadas Pelas Mães Reclusas no Exercício da Maternidade no Estabelecimento Penitenciário.....	41
4.4.1. A partilha de experiências com outras mães reclusas	42
4.4.2. A presença da mãe reclusa na vida dos filhos no Estabelecimento Penitenciário	43
5. Considerações Finais	46
6. Referências Bibliográficas	48
Anexos	54

Introdução

Actualmente se assiste a convivência das mães com os seus filhos nos Estabelecimentos Penitenciários, e Moçambique não é uma excepção. Segundo Baptista (2005), isso levanta um debate aceso e transversal sobre a temática, no qual sustenta-se que as mães reclusas devem permanecer no estabelecimento penitenciários com os seus filhos. No caso do exposto acima, existem alguns pensadores que rebatem a situação de as mulheres conviverem com os seus filhos nos centros de reclusão feminino e, outros apontam que a convivência entre mãe-filho é benéfica porque ajuda a criar vínculo de afectividade entre eles.

Maternidade e estabelecimentos prisionais são duas noções que dificilmente aparecem ligadas, suscitando sentimentos contraditórios. Esta é a realidade de muitas mulheres que se encontram grávidas ou que têm filhos pequenos a seu cargo e que, por terem cometido actos delituosos, que foram condenadas a cumprir penas de prisão. Existe uma inconsistência na literatura acerca desta temática, existindo autores que defendem que o desempenho materno destas mulheres será deficitário, estando em causa factores pessoais e/ou factores contextuais (Neto & Bainer, apud Machado, 1997), e autores, que pelo contrário, realçam a importância no estabelecimento de relações afectivas numa fase precoce da vida da criança, dando primazia na manutenção da relação mãe-bebé na prisão, acreditando que esta pode ser saudável e adequada (Richards & Williams, apud Machado, 1997).

No que se refere à maternidade vivenciada durante o período de aprisionamento, além dos possíveis efeitos nocivos que a detenção poderá ocasionar à mulher, o acto de gerar um filho neste período poderá acarretar efeitos adversos na gravidez e, conseqüentemente, à criança que está sendo gerada. Deve-se considerar que a gestação gera diversas alterações biopsicossociais na vida da mulher, aumentando a probabilidade de haver prejuízos em virtude do aprisionamento.

É sabido que a maioria dos países permite que a criança viva com suas mães nos primeiros anos de vida, ainda mais que as diversas teorias salientam a importância fundamental da presença da mãe para o desenvolvimento integral do bebé. Assim, de um lado acredita-se que um filho não deveria separar-se de sua mãe, mesmo tendo de ir para a prisão com ela. Corroborando com Pires (2001) ao afirmar que as bases da saúde do indivíduo são ajustadas na primeira infância pela

mãe, através do meio ambiente provido por esta. Já por outro lado, a separação desse vínculo, como é apontada por Bowlby (1988), pode gerar efeitos adversos ao desenvolvimento, os quais podem ser atribuídos ao rompimento na interação com a figura materna. É com base nisso que as mulheres acabam ganhando os seus filhos e permanecendo com eles na prisão.

Ao realizar o presente trabalho, temos como pretensão compreender a experiência subjectiva das mães sobre a maternidade e o seu papel maternal num contexto prisional ou durante a reclusão, bem como compreendermos como se dá a vivência da maternidade no estabelecimento penitenciário torna-se extremamente relevante para contribuir nos debates sobre esta matéria.

Como *problema de pesquisa* baseou-se na leitura exploratória sobre literatura nos contextos nacional e brasileiro incidem sobre o mesmo ponto recursivamente. A construção do problema tem como base as discussões apresentadas e discutidas na revisão da literatura, propostas pelos autores como Spitz (1983); Bowlby (1951), Stella (2009), Voegeli (2003), Viafore (2005) e Cunha (1994), Scavone (2001), Araújo & Moura (2004) e Granja et al., (2013). Estes autores partilham uma visão negativa de que a presença das crianças no recinto prisional pode trazer consequências maléficas no desenvolvimento da criança, pelo facto de estas viverem num contexto prisional, fechado e susceptível a prática de violências.

Embora a revisão da literatura identificada e consultada não explore a questão da experiência vivenciada por estas mães que têm os seus filhos a viver consigo na prisão, com o intuito de analisar as estratégias que as mães reclusas adoptam para o exercício da maternidade em contexto prisional. Pelas limitações da revisão da literatura, neste trabalho procuramos defender que o exercício da maternidade na prisão ocorre dentro de uma relação dialéctica entre as normas desta instituição e a vontade das mulheres de materializar o seu ideal de mãe.

Não obstante, considera-se relevante analisar as estratégias que as mães reclusas adoptam para o exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário especial para mulheres de Maputo. Diante destes problemas, foi elaborada a seguinte questão: *Que estratégias as mulheres em privação de liberdade adoptam para o exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário especial para mulheres de Maputo?*

A presente monografia tem como local de estudo, o Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo. A escolha do estabelecimento enquanto local de pesquisa justifica-se por abrigar mulheres já sentenciadas à pena privativa de liberdade e que a estejam cumprindo em

regime fechado, portanto mulheres que estejam a viver com seus filhos. O horizonte temporal desta pesquisa é de 2023. A escolha deste período torna-se deve-se ao facto de estarmos a lidar com uma realidade dinâmica, pelo que a compreensão do objecto de estudo no momento facilita realizar a sua contextualização e a possibilidade de perceber o percurso biográfico destas reclusas desde a sua detenção, as dificuldades que enfrentam ou que enfrentaram para se inserirem no recinto de reclusão.

O nosso grupo-alvo foi constituído por constituído por mulheres com filhos no recinto prisional, até o momento em que realizarmos o nosso trabalho de campo. Ademais, consoante as lições tiradas por Minayo (2006) a escolha de sujeitos justifica-se por ser aquela que permite alcançar a totalidade do problema estudado em suas múltiplas dimensões.

Este estudo mostra-se relevante, pelo facto de que actualmente no contexto Moçambicano é notório nos centros de reclusão feminino a permanência de crianças que habitam com suas mães-presas, o que implica a construção de novas formas de maternidade face ao contexto onde estes estão inseridos, porque as mulheres reinventam novas formas de maternidade o que permitiu a construção de novas formas de abordagens.

No domínio da sociologia, a realização deste estudo representa uma contribuição pelo facto de incidir sobre exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário, enquanto um fenómeno que, não sendo novo em Moçambique, renova-se com maior incidência com a permanência de crianças que habitam com suas mães-presas. Neste sentido, espera-se obter aspectos particulares que possibilitam testar a actualidade da teoria elaborada por Schutz (1979), que operacionalizamos neste trabalho. Ao proceder neste sentido, trouxe-se elementos que demonstrem a importância de revisitar os clássicos da sociologia na compreensão da realidade contemporânea.

Como *objectivos* do trabalho, tem-se o geral que consiste em compreender as estratégias adoptadas pelas mulheres reclusas no exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo. Para a materialização do objectivo geral, foram definidos os seguintes objectivos específicos: descrever o quotidiano das mães e crianças que vivem em reclusão dentro do estabelecimento penitenciário; descrever as experiências e os constrangimentos das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro

de um estabelecimento penitenciário e identificar as estratégias adoptadas pelas mães reclusas no exercício da maternidade dentro de um estabelecimento penitenciário.

No que se refere a teoria de base, escolheu-se e operacionalizou-se a teoria fenomenológica defendida por Schutz (1979), segundo o qual toda a acção dos indivíduos constitui uma situação biográfica, pelo que, a sua compreensão remete necessariamente a interpretação das experiências passadas com base nas quais acumula-se o conhecimento, orienta-se e organiza-se as experiências presentes.

Para a concepção de todo o trabalho, enveredou-se por uma abordagem qualitativa e método qualitativo. A abordagem qualitativa, permitiu conceber a realidade a partir do próprio quotidiano dos actores sociais. O método qualitativo, dá possibilidade de retractar o exercício da maternidade dentro de um estabelecimento penitenciário de uma forma profunda a partir da experiência dos actores sociais, das normas e valores por eles construídos e partilhados no seu quotidiano.

Estruturou-se o trabalho em 4 capítulos. Começou-se com a introdução do trabalho que não concebeu-se como um capítulo, onde apresentou-se uma breve contextualização do tema; a delimitação do tema, a construção do problema; a justificativa e os objectivos gerais e específicos. No primeiro capítulo, contemplou-se a revisão da literatura, onde trouxe-se alguns estudos empíricos realizados sobre o exercício da maternidade dentro de um estabelecimento penitenciário, dando maior enfoque a produção académica a nível de Moçambique. No segundo capítulo, trouxe-se o quadro teórico e conceptual, onde abordou-se a fenomenologia como teoria de base e a definição e operacionalização dos conceitos. O terceiro capítulo, fala da metodologia, onde definiu-se os métodos de estudo, as técnicas de recolha de dados, a definição de amostra, princípios éticos e os constrangimentos enfrentados ao longo da realização do estudo. O capítulo quarto trata da interpretação e discussão dos dados de campo. A fase final, trouxe-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

Capítulo 1. Revisão da literatura

Apresentamos a seguir a revisão da literatura com a qual sustentamos o nosso problema de pesquisa. Os estudos que serão aqui apresentados são divididos em duas abordagens. A primeira defende a permanência de reclusas com seus filhos no recinto prisional constitui um benefício para ambos (Spitz, 1983; Stella 2009). A segunda observa que a permanência de mulheres reclusas com seus filhos no recinto prisional, trará efeitos negativos para a criança, para as quais são apresentados autores representantes das mesmas. (Voegeli, 2003; Viafore, 2005; Cunha, 1994; Scavone, 2001; Araújo & Moura, 2004; e Granja et al., 2013).

A primeira abordagem é de estudos que defendem a permanência de reclusas com seus filhos no recinto prisional constitui um benefício para ambos. Nesta posição, está o estudo realizado pelo Spitz (2010) estudou o recinto prisional partindo do pressuposto de que à medida que as crianças se distanciavam das suas mães tendiam a ficar deprimidas. Nesta vertente, o objectivo do estudo é de fazer uma reflexão em torno da importância da afectividade na relação mãe-filho. Ou seja, a ligação de mãe-filho torna-se a forma mais viável do processo de socialização de qualquer indivíduo, onde o vínculo afectivo tende a manter um próximo do outro.

Neste contexto, o autor alega que quando, por qualquer razão, a dupla (mãe-filho) se separa, cada um deles procurará o outro a fim de reatar a proximidade e que qualquer tentativa de os separar, por parte de terceiros, encontrará vigorosa resistência, sendo que também a relação da mãe com o filho é muito importante para o desenvolvimento socioemocional da criança e que a presença da criança no recinto prisional encoraja a reclusa a cumprir a pena.

Com base neste estudo, pode-se perceber que a infância é um período em que as crianças precisam da presença dos seus progenitores pelo facto de estabelecer uma estrutura básica para o desenvolvimento posterior.

Nesta abordagem encontramos o estudo feito pela Stella (2009), esta realizou uma pesquisa num recinto prisional feminino do Rio de Janeiro, com uma amostra composta por quatro rapazes e duas raparigas, que moram com suas mães em recinto prisional. Tinha como objectivo reflectir sobre o processo de socialização dos filhos de mulheres presas a fim de compreender a influência do aprisionamento materno e do seu impacto social.

Neste estudo, a autora constatou que não se deve separar a criança da sua mãe, mesmo que isso signifique a sua permanência na cadeia, sobretudo numa fase precoce da vida, cuja relação afectiva com a mãe é muito importante para o seu desenvolvimento motor e psicológico. Para as crianças precisam permanecer junto dos seus progenitores de modo a que possam ter um desenvolvimento saudável, partindo do pressuposto de que a relação de mãe-filho é um elemento de extrema importância para os primeiros anos de vida dos indivíduos.

É notório nos estudos acima que a dupla relação (mãe-filho) é indispensável, uma vez que a presença da sua criança encoraja a mãe a cumprir a sua pena. Assim, tendo o filho próximo de si, sente-se motivada para cumprir a pena, também beneficia o filho para o seu desenvolvimento físico e emocional. Podemos afirmar que, nem todos os autores que estudaram esta relação dentro do recinto prisional vêm às coisas desta forma.

Passamos a apresentar a segunda abordagem representada por autores como Voegeli (2003), Viafore (2005), Cunha (1994), Scavone (2001), Araújo & Moura (2004) e Granja et al., (2013). Começamos com Voegeli (1992) efectuou uma pesquisa no Rio Grande do Sul, onde o foco era a violência no recinto prisional. O estudo foi realizado no recinto prisional de Madre Peletier. Parte do princípio de que o recinto prisional é um espaço que acolhe diferentes formas de violência, e não pode constituir um espaço onde se possa desenvolver uma socialização eficaz de crianças.

Neste fio de pensamento é de referir que autora ilustra no seu estudo a discrepância no desenvolvimento entre uma criança “livre” e uma criança que vive atrás das grades de um sistema prisional; onde afirma que no estudo é nítido o que representa essa perda da relação com o mundo exterior, onde a criança que permanece no recinto prisional tende a desenvolver a sensação de fracasso perante a outra criança que vive no mundo exterior.

Já Viafore (2005) desenvolveu um estudo na cadeia do Rio Grande do Sul, onde aborda a situação das gestantes naquele recinto prisional e advoga que após o nascimento das crianças é necessário que estas sejam retiradas do recinto prisional alegando que este sítio não é lugar de vivência para crianças. O objectivo do estudo cingiu-se na compreensão da situação da gestante reclusa no recinto prisional, tendo como foco as dificuldades das mesmas.

Tanto Viafore (2005) bem como Viogeli (1992) partilham a mesma ideia segundo a qual a criança no centro prisional modifica seus modos de viver, desenvolvendo comportamentos agressivos que terá como consequência a “convivência anormal” por parte desta criança. Nesta

visão, a permanência da criança no centro prisional é tida como dolorosa e difícil para a mulher reclusa, uma vez que esta fica com sentimento de culpabilidade e ressentimento.

A situação da maternidade nos centros prisionais foi também objecto de análise de Cunha (1994). Realizou uma pesquisa em Portugal, com uma amostra de seis mães reclusas que residem com seus filhos, tinha como objectivo construir uma teoria sobre o comportamento maternal de mães que convivem com os seus filhos. Salienta ainda que, o centro prisional constitui um exemplo de uma suposta incompatibilidade entre as duas condições – ser mãe e estar presa. Neste caso, vislumbra-se com dificuldade que as mulheres reclusas encontram em “poder” educar os seus filhos com base nas regras instituídas no recinto prisional, uma vez que estão diante de um sistema de repressão.

Finaliza sublinhando que, a relação mãe-criança está submetida à lógica e regras que regem a dinâmica prisional e onde o centro prisional é, provavelmente, o único meio que estas crianças conhecerão num período da sua vida, e em que a qualidade das experiências vividas por elas torna-se crucial e determinante.

Estes autores partilham uma visão negativa da permanência de crianças junto das suas mães no recinto prisional. O argumento destes autores é de que a presença das crianças no recinto prisional pode trazer consequências maléficas no desenvolvimento destas mesmas crianças, pelo facto de viverem num contexto prisional, fechado e susceptível a prática de violências.

Autores como Scavone (2001), Araújo & Moura (2004) e Granja et al., (2013) a maternidade é algo construído socialmente onde as mulheres de acordo com o contexto espacial e social reproduzem o exercício da maternidade. O argumento destes autores baseia-se em torno de construção social da maternidade onde os mesmos advogam que as mulheres constroem a maternidade a partir de um vasto leque concedido pela sociedade que a rodeia.

Scavone (2001) realizou um trabalho com intuito de trazer uma abordagem sociológica no que tange às transformações dos padrões e experiências contemporâneas da maternidade, onde o objectivo central era o de abordar a maternidade como um fenómeno social marcado pelas desigualdades sociais. Para esta autora a maternidade tem estado a sofrer diversas alterações devido ao advento da industrialização e a urbanização, onde conclui que actualmente a sociedade tem estado a enfrentar um período de transição para um novo modelo de família e maternidade,

cujo substrato é o ideal de equidade na responsabilidade parental que ainda está longe de ser alcançado, apesar dos avanços.

Por seu turno, Araújo e Moura (2004) desenvolveram um estudo que visa compreender o exercício da maternidade numa era moderna. Afirmam que as condições económicas das mulheres permitiram a concepção de novas formas da maternidade. O objectivo do estudo girava em torno da naturalização de conceitos e práticas relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos. A sua construção social associa-se às modificações pelas quais a família tem passado na Europa e no Brasil.

Araújo e Moura (2005) partilham a mesma ideia apresentada por Scavone (2001) segundo a qual as mulheres tendem a construir o seu modelo de maternidade devido ao aparecimento do processo de industrialização que acarretou consigo o ingresso da mulher na educação formal, mercado de trabalho que permitiu que esta mesma mulher tivesse um nível de lucidez maior, factores estes que são apontados pelos autores acima como sendo os que propiciaram a criação de novos moldes de maternidade.

Por último, Granja et al., (2013) desenvolveu um estudo com objectivo de explorar o conceito de maternidade através das narrativas de pais e mães reclusas e buscando perceber o exercício da maternidade no contexto prisional. Desta forma, os diversos autores que compõem este estudo defendem o pressuposto de que as mulheres reclusas - não obstante a ausência de um espaço doméstico devido à reclusão – não põe em causa as suas relações maternas.

As mulheres reclusas, estando em um contexto caracterizado por restrições de controlo penal, autoconstruem-se através de estratégias e negociações sem necessariamente ignorando o quadro jurídico-legal do recinto prisional (Granja et al., 2013). Podemos perceber a partir da ideia de construção social se encontra melhor ilustrada na última obra (Granja et al., 2013), onde para estes autores as mulheres reclusas autocriam o exercício da maternidade mesmo num contexto prisional, sem passar a linha limite das regras normativas do recinto prisional.

Autores como Scavone (2001), Araújo & Moura (2004) e Granja et al., (2013) a maternidade é algo construído socialmente onde as mulheres de acordo com o contexto espacial e social reproduzem o exercício da maternidade. O argumento destes autores baseia-se em torno de construção social da maternidade onde os mesmos advogam que as mulheres constroem a maternidade a partir de um vasto leque concedido pela sociedade que a rodeia.

A partir de um conjunto desses autores, deparamo-nos com opiniões divergentes no que respeita à permanência da criança em contexto prisional, não existindo um consenso sobre se as crianças devem permanecer na prisão durante a reclusão da mãe. Contudo, a opinião de que a criança beneficia deste vínculo em fases precoces da vida, tende a prevalecer, revelando-se fundamental para o seu desenvolvimento global. Por outro lado, as mães beneficiam igualmente com a permanência dos filhos durante a sua reclusão, tornando-a mais suportável com a continuidade da prestação de cuidados aos filhos, canalizando e centralizando neles o seu dia-a-dia.

1.1. Problema de Pesquisa

É importante olhar para as mães como pessoas capazes de construir e reconstruir a concepção de maternidade. É o que procuram demonstrar autores como Araújo e Moura (2005) e Armelin et al., (2010), onde afirmam que as mulheres constroem o seu modelo de maternidade em função do processo de industrialização que levou a sua inserção no mercado do trabalho.

No que diz respeito ao contexto prisional, Armelin et al., (2010) afirmam que as mulheres reclusas, estando em um contexto caracterizado por restrições, controlo penal, autocontroem-se através de estratégias de negociações sem necessariamente ignorar o quadro jurídico-legal do recinto prisional. Deste modo, o exercício da maternidade é uma auto-construção das mulheres que passam o limite das regras normativas do recinto prisional.

A construção do problema tem como base as discussões apresentadas e discutidas na revisão da literatura, propostas pelos autores como Spitz (1983); Bowlby (1951), Stella (2009), Voegeli (2003), Viafore (2005) e Cunha (1994), Scavone (2001), Araújo & Moura (2004) e Granja et al., (2013). Estes autores partilham uma visão negativa de que a presença das crianças no recinto prisional pode trazer consequências maléficas no desenvolvimento da criança, pelo facto de estas viverem num contexto prisional, fechado e susceptível a prática de violências.

Neste contexto, estes estudos não abordam a experiência vivenciada por estas mães que têm os seus filhos a viver consigo na prisão, com o intuito de analisar as estratégias que as mães reclusas adoptam para o exercício da maternidade em contexto prisional. Pelas limitações da revisão da literatura, neste trabalho procuramos defender que o exercício da maternidade na prisão ocorre dentro de uma relação dialéctica entre as normas desta instituição e a vontade das mulheres de materializar o seu ideal de mãe.

Diante dessas premissas, ao se estudar a temática da maternidade no contexto prisional, deve-se considerar que as mulheres inseridas neste ambiente trazem consigo uma história de vida, agindo em função de suas crenças, percepções, sentimentos, valores e comportamentos, uma vez que, são construídos e compartilhados socialmente. Com o exposto, considera-se relevante analisar as estratégias que as mães reclusas adotam para o exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário especial para mulheres de Maputo.

Capítulo 2. Enquadramento teórico e conceptual

2.1. Quadro teórico

Neste trabalho, procuramos analisar o sentido e a sequência das experiências das mulheres as mulheres reclusas no que diz respeito as estratégias adoptadas pelas mulheres reclusas para enfrentar os constrangimentos com os quais deve lidar no exercício da maternidade tendo em conta a perspectiva fenomenológica de Alfred Schutz (1979).

A perspectiva fenomenológica foi trazida ao ramo das ciências sociais por Husserl (1859-1938). Husserl tinha como objectivo principal separar a psicologia da filosofia para que a psicologia pudesse ter uma base única e segura, a partir da qual se pudesse construir uma psicologia empírica com peso. Assim, Schutz (1979) vai ser influenciado por Husserl, na base fenomenológica e por Max Weber na base sociológica.

Em Husserl, Schutz (1979) considera o argumento segundo o qual os indivíduos estão dopados tem uma intencionalidade da consciência, que é fundamento de sua existência e de suas experiências no mundo. Em Weber, Schutz (1979) leva em consideração o pressuposto segundo o qual os indivíduos atribuem significados as suas acções e são motivados para esta atribuição. Deste modo, passamos a apresentar o quadro teórico de Schutz, considerando os aspectos relevantes para o nosso estudo.

Assim, com a combinação dos dois autores acima mencionados, Schutz (1979) referencia que é importante ter em conta que todos os actores sociais interpretam as acções e dão sentido a elas. A acção social entre os sujeitos carrega consigo os significados subjectivos desses sujeitos. Todavia, por fazer parte do quotidiano, o indivíduo toma o mundo social à sua volta como um pressuposto, esse mundo, então lhe é dado, e com ele são dadas as interpretações dos múltiplos fenómenos e relacionamentos do mundo social, conforme desenvolvidas pelo “grupo interno” cultural. “O grupo interno estabelece uma auto-interpretação colectiva que representa a concepção comum, interna, da comunidade” (Schutz, 1979, p.19). Assim, o autor mostra que o indivíduo em seu modo de orientação dentro do mundo da vida é guiado por instruções e interpretações que lhes são dadas por outros, como acontece no estabelecimento penitenciário para mulher em Maputo. Se o indivíduo constrói a sua própria visão do mundo à sua volta, o faz

com auxílio das matérias-primas que lhe são oferecidas pelo contexto de inserção, como é o caso do estabelecimento prisional.

Conforme Schutz (1979), o facto de os indivíduos conceberem o mundo como um dado adquirido, faz perder os actos da experiência subjectiva em si. Assim, como forma de revelar esses actos de experiência subjectiva, aparece o cientista social com a particularidade de quebrar a atitude natural de estoque de conhecimento, a maneira passiva e ingénua com a qual se dirige aos objectos. Questionando as nossas próprias experiências, ou seja, submeter as nossas experiências a uma discussão crítica (o que é possível com a fenomenologia). Fazemos isso num acto específico da reflexão à intencionalidade. Deste modo, o autor descreve dois níveis diferentes da reflexão, os quais fazem parte dos conceitos centrais da sua teoria: o da atitude natural e dentro da esfera da redução fenomenológica (este último é o conceito básico da teoria de Husserl por isso exige maior explicação).

A atitude natural refere-se ainda, a uma situação em que “aceitamos sem questionar a existência do mundo exterior, o mundo de factos que nos cerca” (Schutz, 1979, p.58). Na verdade, podemos até duvidar e desconfiar de tantas experiências desse mundo mas a visão da natureza das coisas vai subsistir imperturbável. A atitude natural esconde uma extraordinária capacidade de tratar os objectos, e de modo mais geral, as acções e os acontecimentos da vida social, em vista de manter um mundo comum.

O autor fala-nos, ainda, da experiência significativa que sempre pressupõe que a experiência cujo significado é predicado, é uma experiência delimitada. “Assim, somente uma experiência passada, isto é, uma experiência que é vista em retrospectiva, como já acabada, terminada pode ser chamada de significativa somente o que já foi vivenciado é significativo pois, o significado é meramente uma operação da intencionalidade, a qual, no entanto, só se torna visível reflexivamente” (Schutz, 1979, p.63).

Deste modo, é o estoque do conhecimento à mão que serve como código de interpretações de experiências passadas e actuais em curso. Essa referência a actos vivenciados pressupõe memória, como lembrança, retenção e reconhecimento. Portanto, o estoque do conhecimento à mão, é que nos orienta na forma de olhar e interpretar os fenómenos. Assim, o homem na vida diária tem a qualquer momento, um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um

código de interpretação de suas experiências passadas e presentes que também determina sua antecipação das coisas que virão.

Schutz (1979), defende a necessidade olhar para os indivíduos como uma situação biográfica, o que implica reconhecer que cada situação na qual o indivíduo se encontra e tem uma história própria a qual é necessário fazer referência para que possamos compreender as situações presentes. Deste modo, os conceitos de estoque de conhecimento e a trajetória dos indivíduos são conceitos que auxiliaram na compreensão das trajetórias das mulheres reclusas desde a sua fase de gravidez até ao exercício da maternidade dentro do estabelecimento penitenciário, decifrando as experiências a partir das quais constrói o seu estoque de conhecimento que serve de base para a construção e materialização do seu modelo de família.

A escolha da teoria é justificada em dois momentos: primeiro, as considerações fenomenológicas de Schutz (1979), abrem espaço para a compreensão da realidade do exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário a partir das próprias mães reclusas, tomando em consideração as suas experiências, sua subjectividade, e sua relação com o outro com o qual constroem a realidade social. No segundo momento, a escolha da teoria fenomenológica deve-se não só ao facto de nos facultar os princípios teóricos acima citados, como também visa satisfazer a pergunta levantada e os objectivos traçados, justificando a necessidade de não se reduzir a realidade em estudo, fazendo com que o nosso estudo seja assumido, logo de partida como avanço na compreensão deste fenómeno, visto que, a prisão faz parte da realidade social, devendo-se aplicar a regra geral da sociologia: explicar o social pelo social.

2.2. Definição e operacionalização dos conceitos

Definimos e operacionalizamos aqui três conceitos que se mostram relevantes para a delimitação, apreensão e interpretação da realidade sobre a qual incidimos. Como conceitos centrais, relevante de serem definidos, discutidos e operacionalizados, identificamos os seguintes: maternidade, prisão e estratégias.

2.2.1. Maternidade

O conceito de maternidade é, muitas vezes, confundido com o de gravidez (Piccinini, Gomes, Nardi e Lopes, 2008). Estes autores afirmam que a gravidez tem a ver com o processo biológico que começa com a fecundação e implantação do ovo no útero até ao nascimento, que

corresponde ao período de cerca de nove meses de gestação a maternidade, como fenómeno multidimensional, abarca inúmeras concepções biológicas, sociais e psicológicas.

De acordo com Leal (1991), a maternidade assume-se como um projecto de vida a longo prazo, ou mesmo vitalício (que transcende a mera gravidez) e que envolve a prestação de cuidados, a dádiva e troca de afectos que assegurem um desenvolvimento sadio e harmonioso à criança. Esta perspectiva dá-nos uma visão sobre a maternidade mas, por ser bastante sintética, não oferece uma visão mais abrangente sobre esta realidade.

Maldonado (1981) escreve que a maternidade é o um momento existencial extremamente importante no ciclo vital feminino que pode dar à mulher a oportunidade de atingir novos níveis de integração e desenvolvimento da personalidade. Sobretudo, é durante a gravidez que se inicia a formação do vínculo materno - filial e a reestruturação da rede de intercomunicação da família –, ponto de partida de um novo equilíbrio dinâmico na unidade familiar. “É, indubitavelmente, um momento que merece convergência dos esforços preventivos de obstetras e psicólogos que resulte num atendimento mais global e satisfatório para a saúde física e emocional da mulher e do seu filho” (Maldonado, 1981, p. 9).

Não trouxemos nenhuma definição acabada sobre a maternidade, o que revela a sua complexidade e dificuldade na sua formulação. Porém, neste trabalho concebemos a maternidade como uma fase na vida vivenciada pela mulher desde o momento da sua gravidez, continuando até o nascimento e crescimento do filho, implicando um conjunto de transformações sob ponto de vista social, cultural, como psicológico.

2.2.2. Prisão

Para Goffman (1999), a prisão conhecida também como cadeia é um local destinado ao confinamento de pessoas privadas de liberdade e com a missão de proteger a sociedade dos indivíduos perigosos como também reeducar os detidos para que possam ser reintegrados na comunidade. Uma vez privado de liberdade este individuo esta sob responsabilidade de uma autoridade que exerce sobre ele sua soberania e perde automaticamente o seu poder de tomar decisões, competindo a esta autoridade garantir todos direitos inerentes a sua cidadania.

Para Foucault (1999), as prisões foram criadas para serem verdadeiros *depósitos humanos*, de indivíduos estigmatizados e privados dos seus direitos, ampliando-se a punição para além da

pena aplicada. O autor acrescenta referindo que a iniquidade no acesso às políticas públicas potencializa as vulnerabilidades e sobressai a relação de poder do Estado na dominação dos apenados que estão sob a sua guarda.

Dentro desse contexto, acredita-se que a prisão impõe um ajuste a subcultura prisional, atrelada a efeitos. Assim, a prisão atinge o preso em sua integridade física e moral: pode levar a uma submissão passivo, de aceitação das regras, com a interiorização de normas e valores ou a um estado de clandestinidade ou revolta permeado pelo uso da violência.

Essas concepções, de Foucault (1999) e Goffman (1999) concebem a prisão como uma lógica controlada por regulamentos administrativos e Mecanismos de controlo e punição, mesmo tendo discursos de reabilitação do criminoso, isto é, estes são sujeitos de direito e portadores de protecção legal. Para efeitos dessa pesquisa, a definição que mais se adequa é a trazida por Goffman, pois ela parece mais cabal apresentando todos elementos que se verificam na instituição prisional em que se pretende desenvolver a pesquisa. Assim, trata da prisão como um espaço de reabilitação social e de transformação do indivíduo criminoso em não criminoso.

2.2. 3. Estratégias

De acordo com Michel (1976, *apud* Mainardes, Ferreira e Raposa, 2011), estratégia poder ser definida como a decisão sobre quais recursos devem ser adquiridos e usados para que se possam tirar proveito das oportunidades e minimizar factores que ameaçam a consecução dos resultados desejados.

Esta definição foi extraída campo de gestão, no entanto oferece as dimensões que interessam para este trabalho. Referimo-nos à existência de recursos, à mobilização por parte dos indivíduos, o uso de oportunidades e minimização de ameaças, isto é, constrangimentos. É por reunir estes elementos que se assemelha a definições que podemos encontrar no campo da sociologia, como a seguinte.

Serra (2003, p. 127), define estratégia como “o conjunto renovável das acções calculadas para tirar o máximo proveito possível de ganhos e recursos numa configuração de actores interdependentes”. Nesta definição, entende-se configuração como “a figura global e sempre mutável do conjunto de relações que os actores sociais produzem nos jogos sociais”.

Esta segunda definição acrescenta a dimensão do jogo, isto é, os indivíduos adoptam estratégias dentro de uma relação de jogo social, em que buscam maximizar seus ganhos. Complementamos os aspectos das duas definições, pelo que, definimos estratégia como a decisão de mobilizar e aplicar determinados recursos com vista à maximização dos ganhos e minimização das perdas que ameaçam a satisfação dos objectivos perseguidos no seio de jogos sociais.

Capítulo 3. Metodologia

A metodologia consiste, segundo Freixo (2009), num conjunto de métodos e de técnicas que orientam a elaboração do processo de investigação científica. Nesta parte do trabalho, buscamos apresentar aqueles que serão os métodos e as técnicas que nos propusemos a usar para a realização do presente estudo.

3.1. Abordagem do estudo

Olhando para o nosso estudo e os objectivos previamente estabelecidos, recorreremos ao estudo qualitativo. Segundo Coutinho (2011), o estudo qualitativo assenta na abordagem das questões sociais e procura penetrar no mundo dos sujeitos para saber como interpretam diversas situações e que significados têm para eles, tentando compreender o mundo complexo do vivido a partir da vista de quem vive.

Nesta perspectiva Gil (2008), afirma que a pesquisa qualitativa fornece-nos descrições e discussões bastante ricas que bem fundamentadas, podem levar a pesquisa a oferecer um maior grau de flexibilidade ao pesquisador. Ora, este tipo de pesquisa é fundamental para o tema em estudo porque procurou levantar opiniões das mulheres reclusas que estão no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, colhendo dessa forma os seus pontos de vista com relação ao fenómeno a ser estudado.

Faz sentido a aplicação deste método, dado que a investigação qualitativa é vista como um terreno ou uma arena para a crítica científica social, do que como um tipo específico de teoria social, metodologia ou filosófica.

3.2. Método de abordagem

Recorreremos ao método indutivo. Gil (2008) afirma que o primeiro método permite assumir alguns poucos casos como objecto de estudo inicialmente, procedendo progressivamente com a análise de mais casos até atingir o ponto de saturação. Para valorizar a perspectiva dos sujeitos observados, o método indutivo foi fundamental, as hipóteses de estudos foram concebidas com base nas experiências e contacto que se tinha com o fenómeno em estudo e só posteriormente foram seleccionados as teorias e os conceitos-chave.

De forma geral, a aplicação deste método permite partir das mães reclusas para aferir a forma como elas constroem e interpretam as regras e os procedimentos adoptados no recinto prisional, o que nos permitiu apreender os valores, crenças e significados da adopção de novos procedimentos para o exercício da maternidade.

3.3. Método de procedimento

Como método de procedimento recorreremos a fenomenologia que, de acordo com Berger e Luckmann (2004), é puramente descritivo. Gil (2008) define o método fenomenológico como aquele por meio do qual o observar incide sobre o que está dado na consciência do indivíduos, assumindo como informação válida passível de ser produzida como dados. Por meio do que se designa de redução fenomenológica, o investigador conduz o indivíduo a tomar atenção para suas próprias experiências, atribuindo-as sentido. Com este método pretende-se analisar as dinâmicas e práticas culturais e idenitárias no seio dos casamentos mistos sob ponto de vista dos significados que os sujeitos entrevistados atribuíram às suas vivências.

Em termos mais concretos, a aplicação da fenomenologia como método de procedimentos consistiu na elaboração de algumas perguntas-chaves por meio de um guião de entrevista com referências as quais foi-se conduzindo as entrevistadas a atentarem e seleccionarem aqueles aspectos que consideravam mais significativos como constituintes das suas práticas dentro do Estabelecimento Penitenciario. Refere-se aos valores, crenças e sentido que reproduziram da sua maternidade na prisão.

3.4. Universo e amostra de pesquisa

Este trabalho, por circunscrever-se ao estudo de um grupo específico de mulheres e crianças, em reclusão num determinado Estabelecimento Prisional, configura um estudo de caso. Não se pretende, dar contornos de uma realidade em toda a sua globalidade, mas produzir informação pertinente que contribua para a compreensão, sob vários ângulos, daquela realidade em concreto e do quotidiano específico da população restrita alvo da investigação. A amostra do presente estudo será seleccionada por critério de acessibilidade, em mulheres com crianças, em reclusão no estabelecimento penitenciário para mulheres de Maputo.

No que diz respeito ao tamanho da amostra não definimos *a priori*, pois intencionalmente identificamos as mães reclusas, capazes não só de nos dar informações profundas como também

diversificadas. O número da amostra foi limitado pelo esgotamento da diversificação da informação em torno das relações de mando-obediência no recinto prisional.

Decerto que esse número de 06 não foi o total dos que estavam abertas a participar. Porém, sentimos a necessidade de parar de entrevistar mais mães reclusas, pois foi se observando que os participantes começavam a se tornar repetitivos, não trazendo novos aspectos relevantes de serem interpretados para uma melhor compreensão do objecto de estudo. Consequentemente, os dados que se tem, em função da sua profundidade e liberdade das participantes em expressar os seus posicionamentos, espelham a diversidade característica da amostra.

Para seleccionar os participantes de modo a identificá-los, localizá-los e convidá-los a participarem do estudo. Serão tomados em consideração os seguintes critérios:

a) **Inclusão:** (i) Ser mãe reclusa, cumprindo a pena em regime fechado; (ii) Estar ou ter estado com a criança sob seus cuidados no estabelecimento prisional; e (iii) Disponibilidade para participar do estudo.

b) **Exclusão:** (i) Não ser mãe reclusa; (ii) Não estando a exercer a maternidade no estabelecimento prisional; e (iii) Não estando disponível para participar no estudo.

3.5. Técnicas de recolha de dados

A produção de dados foi realizada por meio do levantamento bibliográfico, observação directa e entrevistas semiestruturadas.

3.5.1. Levantamento Bibliográfico

Esta é uma técnica geralmente usada como complementar para a análise de dados primários e permite ao investigador recolher informação junto de fontes secundárias disponíveis nas bibliotecas, internet e outras fontes (Gil, 2017), sendo que os dados que trazem já foram objecto de análise teórica. Neste trabalho está técnica já foi usada para a recolha de informação em artigos e livros que permitiu a construção deste projecto de pesquisa e será usada para consultar fontes que se mostrarão relevantes para o melhor enquadramento da análise a ser feita no debate académico-científico em torno das mães em privação de liberdade e o exercício da maternidade por essas reclusas.

Esta técnica também foi adoptada para construir o referencial teórico por meio da consulta de livros, artigos científicos, manuais, nos quais estão disponíveis informações sobre o exercício da

maternidade no estabelecimento prisional, entre outras questões que se mostram relevantes para uma melhor compreensão e discussão dos dados como se pode ver na revisão bibliográfica (Cap. II).

3.5.2. Observação directa não participante

Em segundo momento, temos como técnica a observação directa não participante. Segundo Gil (2008), a observação é um elemento importante para a realização da pesquisa, que o pesquisador obtenha a informação directamente em primeira mão sem precisar de qualquer intermediário. Salaria ainda Gil que, na observação directa o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observando de maneira espontânea os factos que aí ocorrem. Neste procedimento o pesquisador é mais um espectador do que actor.

A escolha deste tipo de observação, deve-se ao facto deste permitir que os dados sejam registados a medida em que os factos vão ocorrendo, de forma espontânea sem a devida preparação, pois a melhor ocasião para o registo é no local onde a actividade é desenvolvida.

3.5.3. Entrevistas semiestruturadas

Para obter informações e recolher dados que não seriam possíveis apenas através da observação directa, não participante e da análise documental, realizou-se entrevistas semiestruturadas às mães de todas as crianças que se encontram no estabelecimento penitenciário. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), esta técnica possibilita ao investigador assumir uma série de perguntas antes definidas e coloca-las sistematicamente aos entrevistados, reservando a si o direito de formular novas perguntas e ao entrevistado espaço para oferecer respostas livremente. Esta técnica pareceu apropriada para operacionalizar a redução fenomenológica, dando aos interlocutores a liberdade de expressar-se e, ao mesmo tempo, explorar novos aspectos que iam emergindo ao longo da narração.

Para este trabalho, entrevista permitiu-nos intervir durante a recolha de dados, de modo a reorientar os interlocutores de acordo com os objectivos do estudo. O recurso à entrevista semiestruturada justifica-se com o facto de a perspectiva fenomenológica adoptada abordar a realidade sob ponto de vista dos sujeitos de pesquisa, deixando que sejam eles mesmos a narrar as suas experiências a medida que as atribuem significados. Para a sua aplicação, foi desenhado

um guião de entrevista contendo as perguntas-tema a serem feitas a todas mães que se encontram no estabelecimento penitenciário.

3.6. Procedimentos de Recolha de dados

Como fizemos referência nos parágrafos acima sobre os procedimentos de colecta de dados, passaremos aqui a descrever como foi feita com base as técnicas. O contacto com as entrevistadas teve como primeiro passo a apresentação da investigadora do trabalho e dos seus propósitos, garantir a verificação de alguns princípios éticos, como a confidencialidade e o anonimato.

3.6.1. Análise de Documentos

Para este trabalho, a busca por dados secundários foi realizada a partir de acervos já existentes, qual seja o cadastro existente no Estabelecimento Penitenciário, mais especificamente nas fichas das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado. A análise dos documentos justifica-se não apenas pelo levantamento de dados sócio-demográficos da população em estudo, mas também porque a partir dos dados disponíveis em tais documentos foram então identificados os grupos de sujeitos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa.

Uma vez identificadas tais mulheres, as mesmas foram convidadas uma por uma, sempre com o apoio da equipe do estabelecimento penitenciário por questões de segurança e organização institucional, uma vez que, muitas se encontravam no cumprimento de suas actividades no quotidiano prisional (cozinha, limpeza, etc.), e não poderiam delas se afastar, sob pena de assim interferirmos na dinâmica do lugar. As participantes convidadas que aceitaram participar do estudo, para a formação do grupo de sujeitos participantes, perfazendo o total de seis (6) mães reclusas.

3.6.2. Observação no campo de estudo

Esta é a segunda fase consistiu na observação directa, não participante que permitiu ter o contacto directo com as reclusas e os agentes do estabelecimento penitenciário. A observação se restringiu apenas em observar e ouvir, sem ter participado momentos alguns nas actividades que as reclusas faziam tais como: desperto, limpezas nas celas e cuidar das hortas.

No segundo momento da observação, observei o lugar onde as reclusas dormem, comem e interagem; observei como as reclusas se comportam diante de uma agente do estabelecimento penitenciário; observei como é que as reclusas são encaminhadas para realizarem as actividades diárias no estabelecimento. As reclusas estão divididas em pavilhões e cada reclusa tem a sua cama e todos comem no mesmo pátio. As reclusas não se comportam bem devido ao medo pela presença da agente penitenciário durante as entrevistas e isso contribuiu para que as mesmas (reclusas) respondessem com receio as perguntas lançadas pela pesquisadora.

3.6.3. Entrevistas

Tratando-se da pesquisa qualitativa, tendo como instrumento para colecta de dados a entrevista semi-estruturada, que foi desenvolvida a partir de roteiro previamente formulado (Anexo 1), elaborado à luz de dados significativos referidos na literatura como essenciais na abordagem do fenómeno em estudo.

As entrevistas foram individuais e ocorreram no Parque do Estacionamento do Estabelecimento Penitenciário. Com a anuência da equipe da instituição, que buscava deixar as participantes o mais à vontade possível em suas falas, realizamos as entrevistas neste ambiente devidamente isolado, e sem a presença de outras pessoas, além da pesquisadora e da entrevistada.

As entrevistas foram realizadas em dois dias diferentes, sempre no turno matutino e tiveram em média 45 minutos, se estendendo para 1 hora em penas duas situações. Esse tempo de duração deveu-se ao carácter objectivo e pontual das questões que ia-se colocando as entrevistadas, assim como ao facto de elas, ao responderem uma questão colocada, acabarem por responder outras que vinham no guião. O seu interesse pelo tema em estudo, contribuiu para que se expressassem de forma livre e aberta. Entretanto, no momento da sistematização dos dados, teve-se que fazer recorte dos discursos de modo a extrair o conteúdo que respondia a cada pergunta do guião, como forma de facilitar a análise e interpretação dos dados.

Não gravou-se nenhuma entrevista, tendo sido este um dos pontos acordados em função da condição imposta pela instituição para que aceitassem participar da pesquisa. Como recursos, usou-se blocos de notas, nos quais registou-se toda a informação que se ia sendo transmitida. Com intuito de assegurar que nenhuma informação passasse de forma despercebida, pediu-se para que as entrevistadas se pronunciassem de forma paulatina, o que foi acatado, embora nalguns momentos, pela dinâmica discursiva, assumiam um ritmo acelerado, que não se podia

parar para não quebrar a linha de pensamento da entrevistada. Porém, sempre regressavam ao ritmo acordado, o lento.

Os nomes indicados na secção de análise de resultados são fictícios, de modo a garantir o anonimato das mães reclusas. Guerra (2006), assinala que a relação entre a validade de uma investigação e o respeito por princípios de ordem ética (...) informar correctamente os indivíduos dos objetivos da investigação e proteger as fontes. A saída do campo da pesquisa seguiu a recomendações proposta por Costa (2009), a pesquisadora agradeceu aos colaboradores e assumiu o compromisso de oportunidade retornar a instituição a fim de apresentar os resultados do estudo.

3.7. Técnicas de análise dos dados

A sistematização, análise e interpretação dos dados foi efectuada a partir das considerações pertinentes à temática abordada, sempre com amparo nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico levantado, bem como a natureza dos dados. Para o tratamento e análise dos dados qualitativos, adoptou-se a análise de conteúdo temática. Richardson (2008), afirma que a análise de conteúdo é, geralmente, utilizada para a estudar dados em pesquisas qualitativas, fazendo uma leitura das ideias e, posteriormente, incidir sobre os elementos e regras que determinam essas ideias. Na sua vertente temática, Creswell (2007) afirma que, implica a descrição detalhada do conteúdo da informação, tendo como referência o cenário e as pessoas envolvidas, explorando os temas e questões relevantes para a compreensão do objecto de estudo em causa.

Na presente pesquisa, a análise de conteúdo temática consistiu na selecção da informação das entrevistas, das fontes documentais e bibliográficas em função de temas definidos aprioristicamente e ao longo da selecção e análise dos dados. Alguns dos temas pré-definidos são: incapacidade, habilidades limitadas, autonomia, auto-sustento. Ao longo da leitura exploratória foram emergindo temas como incapacidade, dependência, resiliência, entre outros aprofundados na apresentação dos resultados de pesquisa mais adiante neste trabalho.

3.8. Questões éticas do estudo

Entendemos ter sido indispensável observar algumas questões éticas na nossa relação com os entrevistados e no tratamento dos dados, como: consentimento informado, anonimato, confidencialidade, direito à privacidade, benefícios e divulgação dos resultados. O

consentimento informado foi uma questão cuja observância consistiu na transmissão de toda informação relevante ao estudo, permitindo que o entrevistado pudesse conhecer o estudo em realização e decidir sobre a sua participação. Desta forma, informaremos sobre o tema de estudo, âmbito de sua realização, seus objectivos, sua finalidade, sua liberdade de não aceitar fazer parte do estudo, abertura para que pudesse fazer qualquer pergunta que considerasse pertinente e a possibilidade que tinha de desistir ao longo da sua participação, caso achasse conveniente.

O anonimato foi observado por meio da não identificação dos entrevistados com base nos seus nomes, sejam estes reais ou fictícios, pelo que, ao longo do registo das entrevistas e análise e interpretação dos dados, limitaremos a distinguir entre os nossos entrevistados, enumerando os depoimentos que apresentaremos.

A confidencialidade será uma questão que observaremos por meio da restrição do acesso aos dados recolhidos, analisados e interpretados. O trabalho foi conduzido por uma única investigadora (estudante-autora), tendo sido esta a responsável pela realização das entrevistas, pela transcrição dos seus conteúdos e pela sua análise e interpretação. Desta forma, conservaremos a informação no âmbito da realização da monografia e no campo científico.

Observaremos o direito à privacidade com base na elaboração e administração de questões que não se referissem à intimidade dos entrevistados, a aspectos que estes não preferissem partilhar com a investigadora. Para o efeito, foi informado que não são obrigados a responder todas as questões, principalmente aquelas que entendessem fazer parte da sua privacidade. Procuraremos também evitar a manipulação de perguntas como forma de fazer os entrevistados facultarem informação privada inconscientemente.

A divulgação dos resultados é uma questão ética observada no âmbito do cumprimento do princípio (imperativo institucional) segundo o qual o conhecimento científico é comunitário (Coelho, 2017), devendo ser partilhado por todos. Desta forma, colocaremos este trabalho à disposição de qualquer pessoa interessada, pelo que, depositaremos na biblioteca virtual da Universidade Eduardo Mondlane.

3.9. Descrição geografia do local de estudo

Nos termos do Artigo 10º do Decreto-lei nº 26643, de 28 de Maio de 1936, impõe que os estabelecimentos prisionais funcionem em edifícios diferentes para cada sexo, salvo situações de

força maior, casos em que exige a existência de duas secções, uma para cada sexo, completamente separadas, de modo que os presos de uma não possam se comunicar com os da outra. Nos termos do Decreto presidencial nº 5/95, de 01 de Novembro, é criado na província de Maputo um estabelecimento prisional feminino, designado Centro de reclusão Feminino de Ndlavela, subordinado a Direcção Nacional das Prisões. Este estabelecimento prisional funciona como Cadeia Central para a Cidade e Província de Maputo e cumprimento de penas de prisão maior para as condenadas de todo país (BR, 2017).

O Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo fica localizada no território da Província de Maputo, no Município da Matola. Este é o único centro prisional concebido especialmente para acolher a população reclusa feminina. A cadeia existe há 14 anos, a necessidade de se criar uma cadeia especificamente feminina surgiu das dificuldades em termos das cadeias em albergar esse grupo, uma vez que nas outras cadeias existem apenas secções femininas, daí a necessidade de se criar uma cadeia na região sul do país que albergasse somente mulheres, também para facilitar a visita dos seus familiares. Em 2010, o centro reclusório tinha no total 140 reclusas, entre detidas e condenadas por vários ilícitos, tendo capacidade para albergar 350 reclusas (Pinto, 2016).

3.10. Constrangimentos do estudo

Com a realização do trabalho de campo reflectiu alguns constrangimentos no contacto com o campo de estudo. O primeiro constrangimento foi a desconfiança das reais intenções da pesquisadora, esta chegou a ser vista como uma espiã no Estabelecimento Penitenciário, onde foi questionada pelas agentes e obrigada a apresentar o guião de entrevistas para a sua apreciação.

Para superar este constrangimento tivemos que se apresentar na Secretaria do estabelecimento que realizamos a pesquisa, informando que era um estudante da UEM e para evitar que houvesse dúvidas, explicou os objectivos da pesquisa, exibiu a sua credencial e explicou os motivos pelos quais estava no estabelecimento, deixando claro que se tratava apenas de pesquisa puramente académica.

O segundo constrangimento, esteve ligada a interrupção das entrevistas, uma vez que as entrevistadas encontravam-se em suas actividades. Isto é, as entrevistas eram interrompidas porque as entrevistadas precisavam de terminar com os trabalhos. Para superar este constrangimento tivemos que ser pacientes, planificarmo-nos e aguardarmos algum tempo – que

foi de uma semana – de modo a terminarmos as entrevistas para concretizar os nossos objectivos de estudo.

Por fim, o último constrangimento foi de procedermos com o nosso estudo junto das mulheres reclusas, e não com as educadoras e auxiliares como havíamos planificado no projecto. Este facto não afectou o conteúdo e a qualidade do estudo, mas contribui para que levássemos mais tempo no campo, pois tivemos que rever alguns aspectos da concepção do estudo cuja definição teve como base a particularidade dessas mães reclusas.

O trabalho de campo, sendo uma arte, só se pode ensinar até certo ponto. São palavras de Gertz (2002) que serviram de base para o nosso comportamento junto das mães reclusas. Assim, a paciência, a compreensão e a criatividade foram mecanismos aos quais recorremos para que tornássemos possível a recolha de dados, tendo resultado na obtenção da informação que discutimos no próximo capítulo.

Capítulo 4. Análise e interpretação dos dados

O trabalho de campo tornou possível a recolha de dados que permitem a as estratégias adoptadas pelas mulheres reclusas no exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo. Uma vez concluídas todas as entrevistas, a fase subsequente desta pesquisa, qual seja a apresentação e análise dos resultados, encontram-se discutidas nas páginas seguintes, sempre com amparo nos objectivos e no quadro teórico levantado, no intuito maior de compreender como as mulheres reclusas em Estabelecimento Penitenciário entendem sobre o conceito de maternidade, buscando-se descrever como se apresenta o quotidiano das mães e seus os filhos no interior do estabelecimento; descrever as experiências e os constrangimentos das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento prisional e identificar as estratégias adoptadas pelas mães reclusas no exercício da maternidade dentro de um estabelecimento prisional.

4.1. Perfil sócio-demográfico das entrevistadas

No que diz respeito aos dados sócio-demográficos referentes às mulheres reclusas que participaram do presente estudo, construímos o perfil com base nas seguintes variáveis: faixa etária; nível de escolaridade, número de filhos; estado civil; actividade laborativa exercida antes da prisão; crime cometido; Tempo de reclusão.

O nosso grupo alvo é constituído por mulheres jovens e adultas, que apresentam idades compreendidas entre os 20 aos 29 anos de idades para as jovens e de 31 aos 34 para as adultas. Com efeito, três (2) das mulheres entrevistadas estão na faixa etária entre os 20 a 25 anos; duas (2) apresentam idade entre 26 a 29 anos; e apenas uma (2) estava na faixa etária de 31 a 34 anos de idade. Percebe-se que a faixa etária das mulheres reclusas é formada, em sua esmagadora maioria, por mulheres jovens.

Quanto ao grau de instrução das mulheres reclusas participantes da pesquisa, tem-se que quatro (03) delas possuem ensino primário completo; 01 (uma) com ensino básico completo; 01 (uma) com ensino médio completo; e 01 (uma) com ensino superior incompleto. No que diz respeito ao nível de escolaridade, constatamos que as entrevistas apresentam níveis desde o ensino primário, secundário e superior.

Neste sentido, o grau de instrução das mulheres participantes deste estudo também aponta para o baixo nível de escolaridade que igualmente se faz presente nas estatísticas nacionais do Ministério da Justiça (2008). Contudo, cumpre registrar que tal dado requer ainda maior zelo em sua análise, sob pena de incorrerem em grave equívoco, pois não se pode afirmar a relação direta entre baixa escolaridade, tampouco condição socioeconómica, com índices de criminalidade.

Quanto aos dados referentes ao estado civil das mães reclusas entrevistadas, deve-se esclarecer que estes foram obtidos conforme o relato das presas. Das seis (06) mães entrevistadas, três (3) declararam-se solteiras, duas (02) referiram ter companheiros e uma (01) disse ser casada. No geral as mães reclusas com as quais trabalhamos se encontram na situação de solteiras.

Quanto à actividade laborativa exercida antes da prisão, percebe-se que duas (02) das mães reclusas entrevistadas diziam trabalhar como vendedoras autónomas, principalmente de roupas e cosméticos; duas (02) referiram trabalhar na limpeza de residências, como diaristas; uma (01) estudava e uma (01) estava desempregada. A natureza do trabalho que estas mulheres desempenhavam antes da prisão aponta para a baixa renda que auferiam de seus trabalhos, principalmente frente à instabilidade nos casos de vendas de roupas em domicílio e enquanto diaristas.

Seguindo neste mesmo sentido, percebe-se que a natureza dos crimes, ou seja, a tipificação legal dos crimes cometidos também permite vislumbrar quais os tipos de violação da lei que resultam, de facto, em prisão em nosso país. Eis o que encontramos na amostra estudada, três (2) cumpriam a pena por crime de burla, duas (1) por homicídio e duas (3) mulheres estavam cumprindo pena por venda de Drogas. Neste sentido, o indicador de caracterização relevante respeita à tipologia dos crimes cometidos que deram origem à detenção; a venda de estupefacientes (drogas) surge como a principal causa referida pelas reclusas no momento da entrevista.

Os resultados corroboram com afirmação de Oliveira (2005), que hoje é visível a participação da mulher em diferentes tipos de crimes, que antes não faziam parte da lista dos crimes comuns por elas antes praticados. As mulheres ao ocuparem novos espaços públicos, também estariam assumindo novos espaços no mundo do crime.

Relativamente ao tamanho do agregado familiar, as nossas entrevistadas afirmam pertencer a famílias com agregado que varia de 5 a 10 membros, estes são os números que melhor caracterizam muitas das famílias destas mulheres e as restantes com agregado abaixo de 5 membros, o que significa que, de forma de geral, estas mulheres fazem parte de agregados familiares extensos.

Entre as entrevistadas identificamos aquelas se encontram residindo em bairros localizados na cidade de Maputo, nomeadamente, Albazine, Mateque, Maxaquene “B”, Jardim e Hulene e aquelas que se encontram residindo num bairro localizado na província de Maputo, especificamente na Matola, que é o bairro da Liberdade. Só para termos uma ideia, este bairro acolhe duas das oito mulheres com as quais trabalhamos.

De uma forma geral, as entrevistadas afirmaram que antes de serem presas as desempenhavam actividades como a de emprega doméstica, comerciante ambulante e fixa, trabalhadora de empresa de compra e venda e estudante. Em função destes resultados podemos constatar que maioritariamente as mulheres com as quais foi possível trabalhar se dedicam a actividades informais, sendo poucos os casos de mulheres que se encontravam realizando trabalhos formais. Ao contrário, estas actividades demonstram mais uma extensão do papel o qual as mulheres foram relegadas ao longo de muito tempo, no qual se encontravam confinadas a esfera privada.

Podemos constatar que o perfil sociodemográfico apresentado acima não esgota os elementos que podem ser operacionalizados para descrever e categorizar as presidiárias, todavia, ajuda a compreender a sua origem social. Em termos gerais, as presidiárias são jovens solteiras – na sua maioria – oriundas de zonas suburbanas da cidade de Maputo, onde há maior concentração populacional, residem junto de grandes agregados familiares, com níveis académicos baixos tomando em consideração as suas idades, sem nenhuma formação profissional, assim como algumas actividades formais. Esta última característica sustenta o que já vem se afirmando, que a mulher encontra a fonte do seu sustento no sector informal.

4.2. Quotidiano das Mães e Crianças que vivem em Reclusão no Estabelecimento Penitenciário

Neste tópico apresentamos a discussão dos dados sobre o quotidiano das mães e crianças que vivem em reclusão no estabelecimento penitenciário. Mas antes de abordar o quotidiano das mães e crianças em reclusão, achamos pertinente inicialmente falar sobre a percepção que as

mães reclusas possuem sobre a maternidade. Para a compreensão das percepções das reclusas colocou-se em dois subtópicos: i) o ideal do ser mãe e ii) ser mãe no estabelecimento penitenciário, como se pode verificar nos parágrafos que se seguem:

4.2.1. Percepção das Mães Reclusas sobre Maternidade

Nesta secção, procuramos analisar e interpretar os dados referentes a percepção social das reclusas sobre o ser mãe. Assim sendo, identificamos duas formas de ser mãe do ponto de vista da sua concepção ideal e o ser mãe dentro do recinto prisional.

4.2.1.1. O ideal de ser mãe: “Mãe é tudo”.

Os papéis de mãe e de mulher da família estão intimamente ligados, que torna-se impossível exercer um destes papéis sem estar a exercer o outro. Neste sentido, Schutz (1979) afirma que os actores sociais nascem e encontram um mundo já constituído que devem incorporar para que possam se comunicar.

Com base nos dados de campo, podemos constatar que as mulheres reclusas concebem o ser mãe a partir do cuidado com os filhos e a família, mas também em desempenhar esses papéis. Vejamos a seguir dois depoimentos que demonstram essa percepção das mulheres reclusas:

“Ser mãe para mim é tudo, é sentir amor por alguém desde a gestação até a vida toda, ser mãe é sentir amor que vem dentro de mim que gerei.” (Celestina, E#1, de 22 anos, presa por burla).

“Para mim ser mãe é uma coisa muito maravilhosa que Deus me deu, tive filhos que eu amo muito. É muito bom mesmo. Mas vale quando a gente tem um trabalho, pra dar para os filhos o que a gente quer, e prestar mais atenção no que eles tão fazendo... [...]”.(Marina, E#6, de 32 anos, presa por venda de drogas).

“Ser mãe é inexplicável é uma bênção especial, mesmo eu estando nesta prisão e o parto foi cesariana, mas ser mãe é algo único. É dar o carinho, corrigir seus filhos quando está certo quando está errado. E também deve dar amor e cuidar de toda sua família como a mulher de casa”. (Goreth, E#4, de 34 anos, presa por venda de drogas).

Nestes depoimentos, as entrevistadas recorreram a descrições sobre o papel materno que incluem a necessidade de protecção, orientação, responsabilidade e cuidado com os filhos, estes factores regem a maternidade. Neste sentido, socorremo-nos nas lições de Simões (2012), o cuidar dos filhos e da família são papéis que as mulheres vêm abandonar ou mudando a forma de exercer,

uma vez que, a sua entrada no mercado de trabalho provoca alterações na organização e estrutura do funcionamento familiar. Esses posicionamentos reflectem juízos de facto, na medida em que as entrevistadas se referem a forma como os fenómenos (relacionamentos afectivos) estão a ocorrer. No entanto, podemos ver, ainda nesses depoimentos, os juízos de valores que, de acordo com Rocher (1989), reflectem ideia sobre o que a realidade deveria ser, mesmo que seja actividades honrosas, conservam hoje no âmbito do dever ser.

De acordo com Schutz (1979), os indivíduos encontram na sociedade tipificações que tornam os significados objectivados, possibilitando um entendimento entre eles. Assim, a compreensão deste significa implica a partilha do universo simbólico em causa na relação social dentro do qual os indivíduos se encontram. Assim, as mães reclusas partilham de universo simbólico dentro do qual a mulher é valorizada como mulher a partir da demonstração da sua capacidade de gerar filhos.

Afirmamos tratar-se de uma forma ideal de conceber a mãe como forma de mostrar que distancia-se da realidade das reclusas entrevistadas. Porém, torna-se importante para o nosso estudo, pois interpretar a base a partir da qual as mães reclusas avaliam o ser mãe no recinto prisional, como veremos no subcapítulo a seguir.

4.2.1.2. Maternidade como construção de “ser mãe” no estabelecimento penitenciário

Nesta secção analisamos os dados referentes a percepção que as mães reclusas têm sobre o ser mãe no estabelecimento penitenciário. Partimos da ideia segundo a qual, o ser mãe dentro da prisão implica a conjugação entre o conhecimento que traz de ser mãe fora da prisão e o ser mãe dentro dos moldes impostos na prisão.

Com base nos dados recolhidos no campo de estudo, as reclusas concebem o ser mãe como uma existência dualista caracterizada entre o “dever ser” e o “ser”, sob o ponto de vista do conhecimento que trazem, ou das experiências passadas. Assim, no estabelecimento penitenciário as mães reclusas são obrigadas a aprender outras formas de ser mãe, como pode se verificar nos depoimentos que se seguem:

“Ya mana, ser mãe aqui na cadeia não é fácil, nós sofremos, passamos por muitas necessidades. Doí quando seu filho vê um brinquedo com filho de outra mãe reclusa e pedir para que você compre e não saber responder, juro que não está fácil ser mãe aqui na

prisão, diferente quando estiver fora ai acaba ajeitando as coisas”. (Bianca, E#2, de 26 anos, presa por burla).

“Ser mãe aqui na prisão é difícil não é como estar em casa, não vivemos bem por causa das regras aqui, tudo tem que ter autorização para fazer, já é difícil, não é fácil, é a pior coisa do mundo” (Saquina, E#3, de 29 anos, presa por homicídio).

Ainda no que concerne ao ser mãe no estabelecimento penitenciário, outras entrevistadas pronunciaram-se nos seguintes termos:

“Não está fácil ser mãe dentro da cadeia, você e o teu filho comerem a mesma coisa arroz com feijão todos os dias, isso é cansativo, quem já passou daqui (cadeia) sabe do que estou a falar. Você procura ser uma boa mãe para o seu filho, mas não pode por que esta presa e deve cumprir com as regras da prisão se não vai ser punida ou vão-te tirar o filho”. (Marina, E#6, de 32 anos, presa por venda de drogas).

De acordo com os depoimentos relativamente ao exercício da maternidade durante o cumprimento da pena, verificou-se que as participantes consideram que ser mãe na prisão é um desafio e uma tarefa difícil, porque, não conseguem realizar tarefas maternas e têm dificuldades em exercer diariamente o seu papel de mães.

Podemos observar, nos depoimentos que o “ser” e o “dever ser” misturam-se na construção da identidade de mãe dentro do recinto prisional. Com efeito, o estudo conduzido por Granja et al., (2015), sugere que a prisão impede a realização de muitas das práticas associadas à maternidade, como a provisão de cuidado, disciplina e educação e o envolvimento diário na vida dos filhos.

Neste sentido, a construção da identidade mãe resulta das experiências das reclusas fora da prisão, constituindo assim a sua subjectividade. Contudo, nos associamos a ideia de Goffman (1999 *apud* Russo, 2005), ao afirmar que a prisão é uma instituição total em que os indivíduos inserem-se no interior dela, onde eles passam por um processo de “mortificação do eu”, isto é, um processo em que os indivíduos dispam-se do seu “eu” anterior passando a internalizar regras e valores de tal instituição, isso implica que os indivíduos deverão construir uma carreira moral, demonstrando obediência às regras impostas pela instituição, de modo a que possam sobreviver nesse lugar.

A passagem dos indivíduos do espaço familiar para estabelecimento penitenciário implica vivenciar outras experiências e o reconhecimento da existência de outros significados para

aquela realidade para o qual só tinham significados aprendidos dentro do contexto familiar. Estas novas experiências informam o que Schutz (1979), designa de estoque de conhecimento a partir do qual os indivíduos constroem suas percepções sociais.

Face a essa exposição, não poder assumir a gestão da vida dos filhos ou demonstrar e partilhar experiências afectivas é positiva e bem como doloroso para a maioria destas reclusas. De seguida apresentamos dados do campo que, demonstram o distanciamento que as reclusas estabelecem entre a mãe-presa e a mãe-ideal, esta realidade foi confirmada nas entrevistas tidas com as informantes envolvidas na pesquisa, conforme se pode ler:

“Quando eu sair daqui, ela vai estar com um ano e sete meses. Eu queria ficar com minha filha até esse período, mas se for a pensar bem assim, não dá para criar uma criança num lugar fechado também. Se para a gente ficar presa já é ruim, imagina para eles. Acho que depois que ela for pra rua, vai estranhar, pois a vida deles é isso aqui: corredor, sala de TV e quarto.” (Celestina, E#1, de 22 anos, presa por burla).

“Se eu pudesse escolher, queria que meu filho não ficasse aqui até eu ir, mas não pode porque ele já está se acostumando a ficar preso. Ontem na janela da casa de banho, eu fui mostrar a lua e ele ficou correndo, gritando, então chegou na grade e começou a balançar. Quando abre essa porta e entra uma presa ou a polícia, você tem que ver a felicidade das crianças. Quando fecham a porta eles choram. Sabem que estão fechados”. (Gianara, E#5, presa por venda de drogas).

Nestes depoimentos, foi possível identificar vários posicionamentos sobre o que é ser mãe no ambiente prisional, as opiniões divergem. Se por um lado, enfatizam que é mutuamente benéfica ser mãe mesmo em condições de reclusão, de outro, reforçam a necessidade em afastar as crianças do ambiente precário que constitui as prisões. Isto, demonstra a heterogeneidade do discurso no espaço prisional no qual se encontram e esbarram com os princípios da maternidade prisional e a maternidade familiar das percepções das entrevistadas, entre ser mãe e ser presa, visto que apesar de historicamente o sistema prisional cobrar das detentas o desempenho de suas funções maternas segundo o modelo de “mãe ideal”, ao mesmo tempo é negligente quanto a garantia das condições adequadas para favorecer o contacto entre as mulheres e seus filhos.

Neste sentido, partimos do princípio de que a pertença a uma mesma categoria social não implica necessariamente vivenciar e partilhar mesmas experiências. É por isso que, nem todas reclusas que ficam mães interpretam da mesma forma esta experiência. Podemos nos associar a ideia de Schutz (1979), ao caracterizar o estoque de conhecimento, como resultado de informação

acumulada de experiências anteriores, aponta que dentre as três características existem a da não homogeneidade. Com isto, o autor pretende sublinhar que o conhecimento que os indivíduos acumulam no seu dia-a-dia não é mesmo, o que faz com os significados que atribuem as suas acções também não seja o mesmo.

4.2.2. Práticas sociais adoptadas pelas mães reclusas no exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário

Neste subcapítulo, apresentamos e discutimos dados sobre as práticas adoptadas pelas reclusas no exercício da maternidade. Desta forma, podemos afirmar que o exercício da maternidade constitui um constrangimento para as mães dentro do estabelecimento penitenciário pelo facto de serem obrigadas a cumprir as regras impostas pela instituição.

De acordo com os dados do campo, observamos que as mães são obrigadas a dividir o tempo fora das celas entre o trabalho e os cuidados da criança, o que em grande parte tende a constranger o seu aproveitamento na realização das suas actividades diárias. Neste sentido, essas reclusas são impostas a ser ao mesmo tempo mães e presas, como podemos perceber no depoimento dado pela nossa entrevista, Saquina, de 29 anos, presa por homicídio: *aqui somos duas pessoas, mãe e presa.*

Como pode-se observar na narrativa acima exposta, as mães reclusas sentem-se obrigadas a dar cuidado em determinada hora do dia, o que na sua percepção não é adequado para as crianças. Este sentimento é manifestado por algumas nossas entrevistadas, que afirmaram o seguinte:

“... (risos), é assim, você é mulher não sei se tem filhos, mas ter filho ou ser mãe aqui dentro é muito diferente de lá fora, por exemplo, aqui quando sua filha estiver com febres, constipação nada pode fazer, mas se estivesse em casa as coisas seriam diferentes. Aqui sou obrigada a tirar a minha filha as 7horas para fora da cela e dar banho, se estivéssemos em casa tudo diferente”. (Marina, E#6, de 32 anos, presa por venda de drogas).

“Mana tem muitas coisas das crianças que não podem entrar aqui. Neneca não entra, perfume da criança não entra, quase nada eles deixam entrar. Às vezes tem que encontrar uns bons guardas, toleram as vezes.” (Saquina, E#3, de 29 anos, presa por homicídio).

Estes depoimentos acima citados, evidenciam relacionados com violações de direitos humanos, mais especificamente com processos de não respeito à dignidade da pessoa humana. Cabe observar que essas mulheres, além de estarem em privação de liberdade, estão em companhia de

crianças em ambiente de prisão. Com base no exposto acima, Figueiredo et al., (2010) constatou que, o exercício da maternidade constituía um constrangimento para as mães dentro do recinto prisional, pelo facto, de estas serem obrigadas a estar todo o dia com seus filhos, sem restar tempo para que se dediquem ao trabalho interno. Neste diapasão, fica evidente que as mães são questionadas se querem ser presas ou mãe, sendo esta uma existência dicotómica.

Numa instituição total, no entanto, os menores segmentos da actividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe directora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interacção de sanção vinda de cima, sobretudo durante o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto. Cada especificação tira do indivíduo, uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objectivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas acções à mercê de sanções.

Neste caso, evidenciamos o que Schutz (1979) afirmou que ocorre a transmissão das regras aos novos membros da sociedade, pois aqui eles têm acesso as tipificações objectivadas e partilhadas na sociedade. Neste campo valorizamos elementos como regras transmitidas, a construção do “Eu” e os problemas enfrentados.

Neste sentido, dentro dos limites impostos pelo sistema prisional, as mães procuram amenizar os efeitos negativos da sua reclusão sobre os seus filhos criando a oportunidade de poderem “cuidar” de seus filhos ou filhas, reflectindo uma significação do papel maternal, atrelado ao facto de contribuir para abrandar a pena de prisão. Podemos observar nos depoimentos abaixo:

“Vendo meu filho aqui comigo fico muito triste, porque as condições daqui não são fáceis e penso na dor que ele sentira, por estar aqui neste sítio. Se não sair e se ele ficar mais tempo comigo aqui é pior; ele vai se agarrar mais em mim e ele só vai conhecer esse mundo aqui.” (Goreth, E#4, de 34 anos, presa por venda de drogas).

“Quando estou com meu filho procuro brincar para aliviar a minha dor como reclusa eu mais outras reclusas procuramos inventar brincadeiras aqui na cela para estas crianças não sentirem a dor de estar nesta cadeia.” (Bianca, E#2, de 26 anos, presa por burla).

De acordo com os depoimentos das nossas entrevistadas, podemos afirmar que essas mães reclusas procuram construir espaços “privados” nos quais podem garantir o mínimo da realização da maternidade com base no modelo de mãe por elas construído. Os depoimentos apresentam práticas que as mães reclusas adoptam para garantir que dentro do cumprimento dos

imperativos normativos da instituição prisional possam garantir aos seus filhos o mínimo que poderiam garantir caso se encontrassem em liberdade nos seus lares.

Com base nesses depoimentos, podemos constatar que as crianças continuam a desempenhar um papel central na vida das mulheres, mesmo durante a reclusão, e que essas mães presas vêm frequentemente as crianças como motivação para a mudança e como o seu foco principal na vida. Neste sentido, e tal como Cunha (1994) defende, a permanência das crianças junto da mãe amortece então o choque e suaviza a vivência prisional, não se sentindo estas mães tão sozinhas, ajudando-as a ultrapassar o ambiente prisional e, muitas vezes, fazendo-as desejar ser melhores pessoas não só durante a pena como após o cumprimento.

É neste sentido que Schutz (1979), afirma a necessidade de compreendermos as acções dos indivíduos primeiro dentro do contexto onde é desenvolvida, segundo dentro de curso ao longo do tempo. No que tange ao contexto, podemos constatar que a relação entre as mães e filhos constitui um espaço de interpretação da maternidade dentro do qual aquelas intencionalmente incorrem nesta prática como forma de alcançar seus próprios fins.

Com base no exposto acima, fica evidente que o exercício da maternidade dentro da prisão coloca um conjunto de desafios para as reclusas associadas aos cuidados a tomar com os seus filhos pelo facto destes se encontram num ambiente que do seu ponto de vista não é adequado, que de acordo com elas, expõe os filhos a contaminação de doenças, a aprendizagem de comportamentos inadequados, vivenciar situações inapropriadas para crianças. Todavia, o facto de estarem num lugar no qual as regras devem ser cumpridas pouco ou quase nada podem fazer como mãe para que seus filhos não estejam expostos.

4.2.3. Quotidiano das Crianças que vivem em Reclusão no Estabelecimento Penitenciário

Relativamente à forma como estas mães percebem a adaptação das crianças à vida em reclusão, ficou evidente nos relatos das mães que a adaptação da criança depende muito, embora não só, da adaptação da sua mãe; é também bastante evidente o facto das crianças que nascem no Estabelecimento Penitenciário se adaptarem melhor do que as que entram com mais idade e que vêm de um contexto de liberdade.

As reclusas entrevistadas foram referindo alguns aspectos aos quais atribuem particular significado e com os quais justificam a difícil adaptação dos filhos ao quotidiano no

Estabelecimento Penitenciário. O fecho das celas, independentemente da idade das crianças, foi muito apontado como um evento desencadeador de perturbação nas crianças, referindo as mães que a maioria chora muito, bate nas portas e grita para que as abram, como podemos verificar nos depoimentos que se seguem:

“O dia-a-dia da minha filha aqui é um bocadinho difícil, porque quando fechavam as portas eu não sei o que transmitia para ela, não sei, éramos fechadas e ela levava aí umas duas ou três horas sempre a chorar, sempre a chorar, não sabia o que ela tinha... Ainda hoje é assim, como já se apercebe mais das coisas quando chega a hora de fechar ela grita, grita, fica para ali aos gritos dentro da cela.” (Gianara, E#5, presa por venda de drogas).

“Para meu filho, o mais difícil é quando se foi fechada a porta, ele veio com oito meses agora está com três anos, quando fechavam ela chorava e gritava abre a porta, abre a porta, já tinha a noção que queria sair dali, agora só diz abre a porta ou diz até amanhã ou até logo, só fica a perguntar, mãe aqui não tem a chave, mas lá na rua tem a chave porque é que aqui não tem?” (Celestina, E#1, de 22 anos, presa por burla).

Ainda no que concerne a quotidiano das crianças que vivem em reclusão no estabelecimento penitenciário, outra entrevistada pronunciou-se nos seguintes termos:

“... (risos), é assim, você é mulher não sei se tem filhos, mas ter filho ou ser mãe aqui dentro é muito diferente de lá fora, por exemplo, aqui quando sua filha estiver com febres, constipação nada pode fazer, mas se estivesse em casa as coisas seriam diferentes. Aqui sou obrigada a tirar a minha filha as 7 horas para fora da cela e dar banho, se estivéssemos em casa tudo diferente”. (Saquina, E#3, de 29 anos, presa por homicídio).

“Vendo meu filho aqui comigo fico muito triste, porque as condições daqui não são fáceis e penso na dor que ele sentira, por estar aqui neste sítio. Se não sair e se ele ficar mais tempo comigo aqui é pior; ele vai se agarrar mais em mim e ele só vai conhecer esse mundo aqui.” (Marina, E#6, de 32 anos, presa por venda de drogas).

As falas acima enfatizam que a realização dos cuidados com os filhos, tarefa historicamente atribuída as mães. Neste sentido, ao reflectir sobre a maternidade vivenciada neste ambiente de instituição total que é a prisão, percebe-se que as mães não se afastaram dos corolários de cuidado, zelo e preocupação que tinham com os filhos depois da prisão.

A maternidade pode representar um momento de redefinição de papéis para a mulher, acrescenta-se que quando vivenciada no ambiente prisional, funciona como o resgate da

identidade, da bondade e a postura de boa mãe favorece a aquisição, embora temporária, de regalias no estabelecimento prisional.

É neste sentido que, os indivíduos sejam concebidos como actores sociais dotados de razão e de livre arbítrio no sentido de oporem as normas e valores impostos pelas instituições de modo a adoptarem lógicas próprias de autoconstrução. A realidade ganha existência mediante a apreensão consciente dos indivíduos, assim como a consciência existe enquanto consciência de alguma coisa (Schutz, 1979). É nesta relação de interdependência que os indivíduos devem ser vistos como construtores e atribuídos de significados as suas acções e a realidade que os rodeia.

4.3. Experiências e os constrangimentos das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento penitenciário

Neste subcapítulo, buscamos analisar dados que nos possibilitam perceber as experiências e constrangimento encontradas pelas mães reclusas no exercício da Maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial de Maputo. Tomado o pressuposto do exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário, podemos analisar em duas vertentes sugeridas: a primeira, constatamos as experiências das mães reclusas em relação a permanência dos filhos no estabelecimento penitenciário e, a segunda, pressupõe aos constrangimentos sentidos pelas mães reclusas em relação a permanência do/s seu/s filho/s no estabelecimento penitenciário. A seguir analisamos essas situações.

4.3.1. Experiências das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento penitenciário

Em primeiro momento procuramos discutir, analisar e interpretar dados que nos permitem descrever a forma como as mães reclusas, do estabelecimento penitenciário vivenciam suas experiências, a forma como estes lidam com as normas e valores que lhes são transmitidos, pois, esta é aberta a sua submissão ou desobediência, incorrendo ou não a sanções. Nesta discussão procuramos identificar os valores interiorizados para a construção do seu “Eu” no exercício da maternidade.

Em todos os casos, as entrevistadas demonstram sua capacidade de interpretar e construir novos significados em torno da maternidade a partir dos quais constroem suas percepções. No que se refere as experiências vivenciadas pelas mães reclusas afirmaram o seguinte:

“Já vivenciei, mesmo por ter sido presa enquanto estava grávida de 2 meses. O período de gestação para mim foi muito complicado porque passei por várias situações, não tinha família por perto para trazer refeições diárias, o alojamento do estabelecimento não me ajudava, passava mal no verão por conta de calor e os colchões não são nada confortáveis acordava sempre com dores do corpo, foi assim até o dia do parto”. (Celestina, E#1, de 22 anos, presa por burla).

“Já ouvi falar de mulher grávida e outras que amamentam dentro da cadeia. O que eu vivi foi o momento mais triste, uma mulher grávida que entrou com 8 meses de gestação, quando chegou a fase de ter bebe, como foi de madrugada tivemos que bater porta para que fosse atendida e levada ao hospital e teve uma menina através de cesariana, três dias depois voltou a cadeia junto da criança.” (Gianara, E#5, presa por venda de drogas).

Num outro depoimento foi referido que:

“Já passei por isso. Foi o momento mais triste, não foi uma boa experiência e o que mais me marcou foram as condições de alojamento não são nada boas e para piorar a alimentação nada agradável, só se comia feijão, xima, arroz e por vezes papas e sopa de vegetais. Papa e sopa era somente para doentes”. (Saquina, E#3, de 29 anos, presa por homicídio).

Nestes três depoimentos acima supracitados, as mães reclusas afirmam que viver no estabelecimento penitenciário num período de gestação e maternidade é um sacrifício, visto que, as condições de acomodação, alimentação e assistência médica não são favoráveis. Esses depoimentos de mulheres reclusas vêm reforçar a ideia de que, o estabelecimento penitenciário especial para mulheres de Maputo é tido como uma instituição prisional que apresenta um conjunto de normas e regras que regem o comportamento de todos os integrantes deste espaço, incluindo os próprios funcionários.

Neste contexto, todas estas percepções estão associadas as experiências vivenciadas dentro do estabelecimento penitenciário, no entanto, essa diversidade de experiência que torna possível a existência de diferentes significados e reforça a reconstrução dos significados existentes. É a partir das ilações de Schutz (1979), ao afirmar que os indivíduos apresentam um estoque de conhecimento não homogêneo independentemente de vivenciarem todas as mesmas experiências, visto que, a construção de significados ocorre por meio de experiências anteriores vivenciadas ao longo da trajetória individual.

Fica evidente que, o exercício da maternidade dentro da prisão coloca um conjunto de desafios para as reclusas associadas aos cuidados a tomar com os seus filhos, pelo facto destes, se encontrarem num ambiente que do seu ponto de vista não é adequado, que de acordo com elas, expõe os filhos a contaminação de doenças, a aprendizagem de comportamentos inadequados, vivenciar situações inapropriadas para crianças. Todavia, o facto de estarem num lugar no qual as regras devem ser cumpridas pouco ou quase nada podem fazer como mãe para que seus filhos não estejam expostos.

De seguida apresentamos dados sobre os constrangimentos sentidas pelas mães reclusas em relação a permanência do/s seu/s filho/s no Estabelecimento Penitenciário. De acordo com Goffman (1999), a instituição prisional se manifesta por meio normativo que gera e impõe um conjunto de práticas da maternidade no recinto prisional.

4.3.2. Constrangimentos das mães reclusas sentidas em relação a permanência do/s seu/s filho/s dentro de um estabelecimento penitenciário

Podemos afirmar que, no estabelecimento penitenciário vislumbra-se duas práticas que as mães reclusas adoptam no exercício da maternidade, por um lado, as mães reclusas exercem a maternidade a partir das regras estabelecidas pelo recinto prisional, e por outro lado, as mães reclusas desenvolvem a prática da maternidade a partir da criação de espaços privados de modo a materializar o ideal de mãe. Os dados mostram que as mães procuram exercer a sua maternidade dentro dos limites impostos ao nível interno, como podemos constatar a partir de alguns depoimentos:

“Trabalhar muito, deixar bebe limpo, arrumar cela, hora para tudo, silencio depois das 22 horas, mesmo se teu filho quer brincar tens que mandar calar para não fazer barulho para outras mães e bebés”. (Goreth, E#4, de 34 anos, presa por venda de drogas).

“Acordamos cedo, antes de irmos a machamba, temos de dar banho a criança, dar comida criança, lavar as roupas que temos para lavar, levar na escolinha e depois entramos na cela. Temos que fazer tudo pelo menos o que mandam as funcionárias porque se não vão se zangar connosco”. (Saquina, E#3, de 29 anos, presa por homicídio).

Os depoimentos oferecidos pelas nossas entrevistadas, confirma que o não cumprimento desses cuidados para com os seus filhos constitui uma infracção que carece de uma chamada de atenção, isto é, as mães não podem construir uma rotina de forma autónoma para si e para o seu filho. As regras e normas são claras, mães são obrigadas a fazer certos cuidados para os seus filhos num

determinado período. Esta imposição não deixa espaço para que as mães manifestem a sua subjectividade ao cuidar do seu filho.

Neste sentido, Figueiredo et al., (2013) afirmou que estes constrangimentos enfrentados pelas mães reclusas têm um carácter quantitativo e qualitativo. Assim, estas reclusas procuram desempenhar de forma correcta as actividades do recinto a partir do tempo determinado, cabe a mãe dedicar-se intensivamente aos seus filhos. E o uso qualitativo e quantitativo do tempo é um desafio que se coloca às mulheres em duas perspectivas, sendo que uma é de carácter objectivo e outra, subjectivo.

No que se refere ao carácter objectivo, as mães têm de realizar todos os cuidados que lhes são impostos dentro da prisão para o seu filho no tempo disponibilizado, isto é, existe uma hora específica de limpar o ambiente onde elas ficam e dar de comer as suas crianças. Neste contexto, existe uma pressão sobre as mães por meios de discursos: *“você não está a cuidar de sua criança; você não deu banho a sua criança”*.

Do ponto de vista subjectivo, as mães trazem consigo uma outra experiência baseada nos princípios do que é bom para uma criança, quando são dados determinados cuidados e o nível de liberdade de modo a realizar suas actividades diárias. Essas mães procuram materializar estes princípios dentro do tempo e de espaço que os limites objectivos lhes possibilitam no recinto de reclusão feminino.

De acordo com Schutz (1979), podemos afirmar que ocorre a transmissão das regras aos novos membros do estabelecimento penitenciário, pois aqui eles têm acesso as tipificações objectivadas e partilhadas na sociedade. Neste campo valorizamos elementos como regras transmitidas, a construção do “Eu” e os problemas enfrentados

4.4. Estratégias Adoptadas Pelas Mães Reclusas no Exercício da Maternidade no Estabelecimento Penitenciário.

Nesta secção, procuramos discutir sobre as diferentes estratégias adoptadas pelas mães reclusas sobre o exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário especial para Mulheres de Maputo. Estas estratégias pressupõem que as mesmas estabeleçam um conjunto de interacções e relações sociais que ajudam a manter o papel materno como relevante: *“para mim, o papel mais importante que nós podemos ter é sermos mães”* (Celestina, E#1, de 22 anos, presa por burla),

estas reclusas com filhos fora do estabelecimento, mas que já estiveram com eles dentro do estabelecimento consideravam que, por estarem presas, esse papel se encontrava comprometido: *“as minhas funções de mãe agora estão um bocado suspensas”* (Goreth, E#4, de 34 anos, presa por venda de drogas).

É nessa senda que parece existir, nos depoimentos das entrevistadas, algumas estratégias que são adoptadas pelas mesmas com o intuito de exercer a maternidade no estabelecimento penitenciário, entre as quais se evidencia: i) a partilha de experiências com outras mães reclusas; ii) a participação activa na vida dos filhos; e iii) o contacto regular mãe-filhos.

4.4.1. A partilha de experiências com outras mães reclusas

No que respeita à partilha de experiências com outras mães reclusas, as entrevistadas mencionaram que o fazem porque tem uma boa relação com elas (mães reclusas). Nesse sentido, a maioria das participantes referiu partilhar tais experiências, contudo, algumas delas revelaram que apenas partilhavam essas experiências com as reclusas com quem tinham afinidade por se tratar de questões da sua intimidade.

Neste sentido, de acordo com Simmel (2002), numa interacção um indivíduo influencia e é influenciado por outro, de modo que há uma relação de troca. Assim, o que caracteriza a unidade que se forma desta relação - a sociedade – e a distingue de um mero agregado de indivíduos, é o princípio da reciprocidade de efeitos entre as acções individuais, isto é, existem aquelas trocas que não são necessariamente materiais, mas sim simbólicas. Vejamos a seguir os depoimentos que demonstram essa partilha de experiências com outras mães reclusas sobre o exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário:

“Falar muito da minha vida, expor as minhas coisas, só com as mais chegadas, porque as nossas experiências, hoje em dia, a gente não pode partilhar com qualquer pessoa.” (Saquina, E#3, de 29 anos, presa por homicídio).

“Para mim partilhar essas experiências me fazem se sentir bem, feliz e viva, porque as mães reclusas compreendem o que eu estou a sentir, minimamente e são experiências que dão pra uma aprender com a outra.” (Bianca, E#2, de 26 anos, presa por burla).

Ao longo desses depoimentos, outra entrevistada afirmou o seguinte:

[...] Não é porque a gente esta errada, mas a gente tem que pagar pelo nosso erro. É’ aqui dentro que a gente vê que lá fora, mana, a gente vive uma situação que não dá tempo de pensar, reflectir que aquelas

coisas são erradas. E a gente entra aqui dentro parece assim que cai em si. Eu disse: Meu Deus do céu, quantas mães eu não fiz sofrer! Porque eu vendia droga, os filhos iam roubar as mães. [...]. (Marina, E#6, de 32 anos, presa por venda de drogas).

Nestes depoimentos, podemos perceber que a partilha de informação entre as mães reclusas é feita através das relações de amizade e pelo estabelecimento de contactos com pessoas com as quais tem intimidade relativa à vida quotidiana o que torna o estabelecimento penitenciário um espaço social com duplo significado: por um lado, local onde os indivíduos entram em interacção a fim de satisfazerem seus interesses e esta interacção se dá por meio das diferentes formas de sociabilidade, ou seja, formas que são independentes de conteúdos específicos e, por outro lado, um espaço de “refúgio social”, local onde trocam experiências e crenças que guiam seus comportamentos.

De acordo com os depoimentos acima transcritos, podemos afirmar que a partilha de uma realidade entre dois indivíduos permite que esta se objective e passe a ser aceite por eles como sendo normal. Porém, para que ela seja transmitida a outros é preciso que estes (outros) a vejam como legítima. É precisamente aqui que se situa a ideia de Sociabilidade de Simmel (2002), independentemente do espaço em que se encontram e das finalidades que perseguem, os indivíduos constroem um conjunto de relações e interacções sociais onde tem a possibilidade de falarem de si, do quotidiano, das suas expectativas e da sua forma de representar o mundo em redor.

Neste contexto, afirmamos que qualquer conhecimento social é encontrado dentro das interacções sociais que os indivíduos vão desenvolvendo no seu dia-a-dia podemos dizer que esta situação vai de encontro com a abordagem de Schutz (1979), quando diz que o Homem na sua vida diária, tem a qualquer momento um estoque de Conhecimento que lhe serve de código de interpretação das suas experiências passadas e presentes, e também sua antecipação das coisas que virão. Esse estoque foi constituído de e por actividades anteriores da sua experiência, da sua consciência, cujo resultado tornou-se agora sua posse.

4.4.2. Relações afectivas entre mães reclusas e os filhos no Estabelecimento Penitenciário

Nesta secção introduzimos o nosso debate com a discussão dos dados referentes a presença das mães na vida dos filhos, no estabelecimento penitenciário. Neste sentido, dentro dos limites impostos pelo sistema prisional, as mães procuram amenizar os efeitos negativos da sua reclusão

sobre os seus filhos criando a oportunidade de poderem “cuidar” de seus filhos, reflectindo uma significação do papel maternal, atrelado ao facto de contribuir para abrandar a pena de prisão.

De acordo com os dados, em função dos interesses do nosso trabalho podemos afirmar que as mães reclusas, canalizam para os seus filhos toda a sua atenção e energia, compensando e preenchendo o vazio e tristeza que sentem no Estabelecimento Penitenciário, como podemos constatar nos depoimentos que apresentamos a seguir:

“Eu sou sincera, quando viemos para aqui eu não queria que ela fosse para a creche, porque quando eu entrei aqui a minha filha era o meu suporte e ela ir para a creche era eu ficar aqui sozinha. Ela acaba por ser mais mimada, nós acabamos por compensá-los mais (...) tudo o que querem a gente tenta dar, tudo o que fazem a gente deixa...” (Marina, E#6, de 32 anos, presa por venda de drogas)

“ (...) a minha filha é a minha companheira, é quem me ajuda a passar os dias aqui dentro, a aguentar e a ultrapassar tudo, ter tido a minha filha foi a melhor coisa que me aconteceu.” (Celestina, E#1, de 22 anos, presa por burla).

“Quando estou com meu filho procuro brincar para aliviar a minha dor como reclusa eu mais outras reclusas procuramos inventar brincadeiras aqui na cela para estas crianças não sintirem a dor de estar nesta cadeia.” (Gianara, E#5, presa por venda de drogas).

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, torna-se então fundamental para estas mulheres o facto de serem mães e de se focalizarem na criança, pois desta forma sentem-se apoiadas e com força e ajuda-as a passar o tempo e a não pensarem tanto na sua situação e angústias, suavizando a sua reclusão e tornando-a mais suportável. Assim, as crianças assumem então diversos papéis perante a sua mãe, nomeadamente, o papel de amigas e de companheiras mas, principalmente, o papel de figuras contentoras, não permitindo que as mães entrem em depressão.

Essas estratégias são apresentadas da seguinte maneira: i) As mães reclusas procuram dar carinho ao seu filho, brincar, conversar, ao longo dos cuidados básicos exigidos pelas agentes do estabelecimento penitenciário e são feitos dentro e fora da cela quando estas são abertas; e ii) As mães reclusas criam espaços de interacção e trocas simbólicas entre elas e seus filhos de modo a reproduzirem e partilharem suas experiências subjectivas no exercício da maternidade. Porém, mesmo nestas situações, as regras estão presentes, pois o tempo para brincadeira é limitado, porque existe uma hora específica em que se exige o silêncio absoluto.

Tendo em vista que o sistema prisional faz parte de uma rede complexa de interações entre o fora e o dentro da prisão, ambos entrelaçados e possuindo aberturas para o exterior, uma instituição não é totalmente fechada. Neste sentido, Russo (2005), caracteriza a prisão como uma instituição total e reconhece que os campos de vida recriados no aprisionamento não invalidam nem substituem os exteriores, continuando estes como referenciais para os detentos; assim, a prisão não seria realmente “totalizante”.

Na perspectiva de Schutz (1979), o contacto entre os actores e determinadas realidades é experiência suficiente para que se construa a informação e conhecimento que acumulamos ao longo da nossa vida e aos quais recorreremos. Estes acontecimentos que são experiências passadas são, de acordo com o autor, de capital relevância para a atribuição dos significados das experiências presentes, por isso, não podemos perder de vista quando estivermos a analisar a construção da identidade da reclusa.

5. Considerações Finais

Após termos desenvolvido a nossa interpretação e discussão dos dados obtidos no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, junto das mães reclusas que temos algumas considerações finais. Embora as reclusas estejam inseridas em contextos culturais, sociais, ambientais e políticos diferentes, dentre outros factores, há muitas similaridades referentes às percepções diante dos aspectos positivos e negativos de vivenciar a maternidade em meio prisional, o que permite afirmar que há características inerentes ao processo de reclusão, independentemente da conjuntura em que as mulheres estão inseridas.

Os resultados do estudo, demonstram que é dentro de um quadro normativo que são impostas as reclusas, os cuidados a ter com os seus filhos. O discurso prisional estabelece para as mães, o que devem fazer com os seus filhos, como devem fazer e a que horas devem o fazer, construindo de forma obrigatória as normas e valores sobre quais assenta o exercício da maternidade na prisão. As mães são obrigadas a cuidar os seus filhos de manha, garantir a sua alimentação, levar a creche e se dedicar ao trabalho prisional. Algumas das práticas de maternidade as reclusas desenvolvem contra sua vontade, pois não concordam mas têm de cumprir de modo a amenizar a pena.

Não obstante reconhecerem e cumprirem com as normas aplicadas dentro da prisão, as mães-reclusas encontram espaços nos quais, de forma colectiva e individual, exercem a sua maternidade com base no seu ideal do ser mãe, podendo assim, amenizar os efeitos negativos que compreendem que seus filhos estão submetidos pelo facto de estarem com elas.

Dentro das normas impostas na prisão, as mães encontram espaços nos quais podem desenvolver algumas práticas que compreender ser as que melhor garantem cuidados dos seus filhos, amenizando os efeitos negativos da prisão. Os dados mostram que, durante a sua permanência nas celas as mães procuram brincar com seus filhos, oferecer carinho e carícias. Deste modo, de uma forma conjunta as mães reclusas constroem e partilham espaços de autonomia no que tange ao exercício da maternidade.

Com o presente estudo, pode-se então concluir que o aspecto característico do comportamento parental no estabelecimento penitenciário destas mães reclusas é dedicação total à criança, revelando-se assim ser fundamental para elas usufruírem da companhia dos seus filhos a tempo

inteiro, pois ajuda-as a ultrapassar as dificuldades e limites existentes em meio prisional, suavizando a sua vivência prisional. Esta relação próxima entre mãe e filho permite que estas mães dêem continuidade ao seu papel maternal, o que se revela estruturante da sua personalidade e identidade.

A prisão apresenta uma série de riscos para o menor, com destaque para as dificuldades emocionais da mãe diante do aprisionamento e o próprio ambiente hostil, que segundo as reclusas acabam influenciando aos filhos com sentimentos negativos. Há, ainda, a inversão parcial do exercício das responsabilidades, pois as mães prisioneiras atribuem papel de suporte emocional ao filho, essa relação pode criar uma relação de dependência mútua, o que prejudicaria no desenvolvimento psicossocial da criança.

Podemos encerrar estas considerações, afirmando que a nossa meta sempre foi sustentar que estudos que visem explorar a realidade das mães reclusas no recinto de reclusão tenham sido visto como um ponto de partida e nunca como um ponto de chegada. É neste sentido que consideramos que a partir dos dados que interpretamos não se pode considerar como um trabalho acabado, mas sim como um contributo valioso que abre caminho para futuras investigações sobre a temática.

Sem a intenção de esgotar o assunto, acreditamos que alcançamos o nosso objectivo central, o de compreender as estratégias adoptadas pelas mulheres reclusas no exercício da maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo. O estudo mostrou que, efectivamente, as mães reclusas no estabelecimento penitenciário podem ser estudadas socialmente dadas as interacções e relações sociais que se estabelecem entre os diversos intervenientes no mesmo.

6. Referências Bibliográficas

- Araújo, D.C; Moura, G. (2004). *Vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado do Rio Grande do Sul*. Saúde & Transformação Social.v.1. n.3. p. 113-121.
- Armelin, B. et al. (2010). *Filhos do Cárcere: estudo sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado*. Revista da Graduação da Pontifícia Universidade Católica: Faculdade de Psicologia. Porto Alegre.
- Berger, P, e Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Bowlby, J. (2002). *Cuidados maternos e saúde mental*. 4ªed.Sao Paulo. Martins Fontes.
- Cunha, M.. *Da Prisão e Sociedade: Modalidade de uma conexão*. In Cunha, Manuela Ivone. (org.): *Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*, Lisboa, Editora Noventa Graus, p.22.2008
- Cunha, M. I. (1994). *Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina*. 1ªed.Lisboa.Centro de Estudos Judiciários.
- Figueiredo et al. (2013). *Mulheres multifuncionais: Mercado de Trabalho e dilemas familiares*. 1ªed; Foco milênio; São Paulo.
- Foucault, M.. (1999).*Vigiar e Punir - História das violências nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalhete, 13 ed., Vozes, Petrópolis.
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Goffman, E. (1999). *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva, São Paulo.

- Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2013). *Formas alternativas do exercício da parentalidade: Paternidade e maternidade em contexto prisional*. *Ex Aequo*, 28, 73-86.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Príncípia: 1ª edição.
- Leal, J. (1995). *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Machado, M. J. (1997). *Os meninos reclusos: uma avaliação do seu desenvolvimento através da escala de Griffiths* (Monografia de Licenciatura em Psicologia Clínica). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5 Edição ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Pires, I. (2001). *Relação mãe-criança, ambiente prisional e irritabilidade materna*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade de Lisboa; Lisboa.
- Scavone, E.L. (2001). *Mulheres delinquentes: uma longa caminhada até a Casa Rosa*. Dissertação de Mestrado -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre.
- Schutz, A. (1979). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro, Zahar Editoras.
- Spitz, R.A. (1998). *Desenvolvimento emocional do recém-nascido*. 1ªed. Rio de Janeiro. Pioneira.

Stella, C. (2006). *Filhos de mulheres presas: soluções e impasses para seus desenvolvimentos*. 1ªed. São Paulo. LCTE Editora.

Viafore, D. (2005). *A gravidez no cárcere brasileiro: uma análise da Penitenciária Feminina Madre Palletier*. *Direito & Justiça*. 1ªed. Porto Alegre.

Voegeli, C.M. (2003). *Criminalidade & violência no mundo feminino*. Juruá; Curitiba.

Guião de Entrevista

O guião que se segue, foi elaborado com o objectivo de obter informações a respeito do quotidiano e adaptação das mães e crianças à vida no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, assim como a perspectiva das mesmas sobre a permanência dos filhos no estabelecimento prisional, relativamente às respostas sociais e educativas existentes.

Todas as informações fornecidas por si, serão tratadas de forma confidencial. Assim gostaria que respondesse às questões da forma mais detalhada possível com todos os seus pensamentos e sentimentos acerca das mesmas.

I. Perfil sócio-demográfico das mães reclusas

1. Idade
2. Estado civil
3. Filhos
4. Nível de escolaridade
5. Naturalidade
6. Por que razão foi detida
7. Tempo de reclusão (Há quanto tempo esta no Centro de Reclusão)

II. Quotidiano das crianças que vivem em reclusão com as mães dentro do recinto prisional

1. Como é o dia-a-dia do seu filho no EPT?
2. Como é que tem sido o desenvolvimento do seu filho no EPT?
3. O que acha das actividades existentes para as crianças no EPT? (deixar falar) Considera que são suficientes e adequadas ao desenvolvimento saudável do seu filho ou acha que não?
4. Como organiza o tempo que passa com o/os seu/s filho/s?
5. Como ocupa o tempo durante a semana e fim-de-semana com o seu/s filho/s?

III. Experiências e os constrangimentos sentidas pelas mães em reclusão com a permanência do/s seu/s filho/s no estabelecimento prisional.

a) Experiências das reclusas sobre “ser mãe” no centro de reclusão

1. O que é ser mãe para si?
2. Quais são as características de uma boa mãe?
3. O que é ser mãe dentro da prisão?
4. Que aspectos diferenciam o ser mãe fora da prisão e o ser mãe dentro da prisão?

b) Quotidiano das mães reclusas no recinto prisional

1. Como é o seu dia-dia neste Centro de Reclusão?
2. Como são os momentos com e sem o seu filho?
3. Quando esta com o seu o filho o que procura fazer como mãe?
4. Que actividades desenvolvem com seu filho neste Centro de Reclusão?
5. Como é ficar com seu filho no meio da semana e no final da semana?
6. Quais são as dificuldades de ser mãe no Centro de Reclusão?
7. Quais são os desafios de estar com seu filho no Centro de Reclusão?
8. Aspectos positivos de estar com seu filho no Centro de Reclusão?

c) Viver em reclusão com os filhos - Constrangimentos

1. Quais as principais preocupações, medos e receios em relação ao seu filho/os?
2. Quais as principais necessidades sentidas no dia-a-dia vividas por si e pelo seu/s filho/s?
3. O que gostaria de fazer como mãe que não pode porque esta no Centro de Reclusão?
4. Quais as regras que as mães são obrigadas a cumprir no Centro de Reclusão?
5. Como e que costuma a cumprir essas regras?
6. Quando não cumpre uma regra imposta no recinto o que acontece?
7. Como e que os funcionários ajudam a desempenhar o papel de mãe?

VI. Estratégias adoptadas pelas mães reclusas no exercício da maternidade dentro de um estabelecimento prisional.

1. Quais são as estratégias que podem ser adoptadas para o exercício da maternidade no estabelecimento penitenciário especial para mulheres de Maputo?

2. De que forma avalia a estratégia adoptada pelos técnicos e o estabelecimento penitenciário especial para mulheres de Maputo no exercício da maternidade?
3. Que factores estão ligados a ineficácia das estratégias de exercício da maternidade por parte das mulheres reclusas no estabelecimento penitenciário?

I. Perfil sócio-demográfico dos funcionários do Centro de Reclusão

1. Idade
2. Estado civil
3. Filhos
4. Profissão
5. Função do recinto prisional (há quanto tempo)
6. Nível de escolaridade
7. Naturalidade
8. Residência
9. Formação profissional

II. Perguntas dirigidas aos funcionários do Centro de Reclusão

1. Há quanto tempo é funcionário neste Centro de Reclusão de Ndlavela?
2. Que papel desempenha neste Centro de Reclusão?
3. Como esta organizada a rotina das reclusas e seus filhos?
4. Quais são as regras que são impostas as reclusas e aos seus filhos?
5. Quando as regras não são cumpridas o que acontece?
6. O que faz de modo a impor ordem entre as reclusas e os seus filhos?
7. O que acha de ser mãe no centro de reclusão?
8. Quais são principais dificuldades de ser mãe neste Centro de Reclusão?
9. Quais são as vantagens que as reclusas têm de estar com seus filhos?

Anexos

Anexo 1: Credencial da UEM



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

CREDECIAL N°204/DRA-FLCS/ 2023

No âmbito da disciplina de Trabalho de Fim de Curso, credencia-se, junto ao Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, a Sr^a. **Fátima António Chinhague**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Sociologia, para realizar o trabalho de recolha de dados sobre o tema “Mães e filhos atrás das grades: um estudo em torno da gravidez e a maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo”;

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 01 de Agosto de 2023

O Director Nacional Adjunto Para área de Graduação

Prof. Doutor Marlino Eugénio Mubai

(Professor Auxiliar)

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE-Faculdade de Letras e Ciências Sociais-Tel.: (21) 485402 - Fax (21) 485402-

www.flcs.uem.mz- -C.P. 257-Campus Universitário – Pricipal -Maputo -República de Moçambique.

Anexo 2: Credencial da SERNAP



SERVIÇO NACIONAL PENITENCIÁRIO
GABINETE DO DIRECTOR GERAL

Devido a falta de espaço
11/29/08/23
[Handwritten signature]

EXMA. ESTUDANTE
FÁTIMA ANTÓNIO
CHINHANGUE

0002003

N/Refº/

/SERNAP/GDG-RH/024.1/2023

Maputo, 23 de Agosto de 2023

Assunto: Recolha de Dados

Em resposta a petição prescrita pela V. Excia, concernente a recolha de dados no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo, para efeitos de elaboração de trabalho de fim do curso de licenciatura em Sociologia, ministrado pela Universidade Eduardo Mondlane, por um período de um (01) mês, temos a sublime honra de transcrever o despacho do Excelentíssimo Senhor Director Geral do SERNAP, datado de 09 de Agosto do corrente ano, cujo teor é o seguinte:

“Autorizo”

Ass: **António Augusto Maurice**

09.08.2023

Sem mais do momento, endereçamos os nossos respeitosos cumprimentos.

O Chefe de Gabinete


Ângelo Jorge Dramuce
(Capitão de Infantaria)

CC: Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo



SERVIÇO NACIONAL PENITENCIÁRIO
GABINETE DO DIRECTOR GERAL

CREDENCIAL


Por despacho do Excelentíssimo Senhor Director Geral do SERNAP, datado do pretérito dia 09 de Agosto de 2023, está devidamente credenciada a estudante **Fátima António Chinhague**, do curso de licenciatura em Sociologia, ministrado pela Universidade Eduardo Mondlane, por um período de um (01) mês, deslocar-se ao **Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo**, a fim de efectuar a recolha de dados.

De referir que o acto tem o propósito de elaboração do seu trabalho de fim de curso, cujo tema é: *“Mães e filhos atrás das grandes: um estudo em torno da gravidez e a maternidade no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo.”*

Nestes termos, recomenda-se ao Estabelecimento acima referenciado a criar condições necessárias para o sucesso do trabalho.

Cordialmente.

Maputo, ²³ de Agosto de 2023
O Chefe de Gabinete


Ângelo Jorge Dramuce
(Capitão de Infantaria)